

MUNICÍPIOS DA REGIÃO ALENTEJO

Relatório de Execução Financeira-2014



Alto Alentejo

Ponte de Sôr

Alter do Chão

Avis

Fronteira

Mora

Sousel

Estremoz

Borja

Arraiolos

Vendas Novas

Montemor-o-Novo

Redondo

Alentejo Central

Évora

Reguengos

Alcácer do Sal

Viana do Alentejo

Portel

Alvito

Vidigueira

Grândola

Cuba

Santiago do Cacém

Ferreira do Alentejo

Beja

Serpa

Alentejo Litoral

Aljustrel

Baixo Alentejo



Relatório de Execução Financeira 2014

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO

FICHA TÉCNICA

Propriedade	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº 193 7005-514 Évora Tel.: 266 740 300 Fax: 266 706 562 Email: expediente@ccdr-a.gov.pt
Título	Municípios da Região Alentejo - Relatório de Execução Financeira - 2014
Coordenação	Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local
Responsabilidade pela Execução Técnica	Carlos Rui de Lemos Neves Branco Divisão de Finanças Locais e Modernização
Concepção Gráfica	Filomena Avelar
Data	Abril 2017

Índice

Parte I	7
Análise Regional	7
I.1 - Receitas Arrecadadas	7
I.2 - Impostos directos	10
I.3 - Outras receitas	12
I.4 - Compromissos (Despesa) e Capacidade para Pagar	15
I.5 - Despesa Paga	16
I.6 - Despesa com Pessoal	19
I.7 - Aquisição de Bens e Serviços	21
I.8 - Serviço da Dívida Bancária	22
I.9 - Aquisição de Bens de Capital	23
I.10 - Saldos	25
I.11 - Endividamento Municipal	28
I.12 - Fator Gerador de Dívida	31
I.13 - Liquidez Geral	32
I.14 - Balanço	33
I.15 - Demonstração de Resultados	36
I.16 - Indicadores de Gestão (a nível regional)	37
Parte II	46
Análise por Unidades Sub-Regionais	46
II.1 - Identificação das Unidades Sub-Regionais	46
II.2 - Indicadores de Gestão (a nível sub-regional)	47
II.3 - Indicadores de Gestão (Municípios Capitais de Distrito)	50
Anexo I	52



PARTE I - ANÁLISE REGIONAL

Apresenta-se, como vem sendo hábito, para este exercício (2014), o relatório síntese sobre a caracterização e respetiva evolução das finanças municipais, para a região Alentejo (agregação dos 47 municípios alentejanos) e, no que toca aos indicadores de gestão, também para as unidades sub-regionais, para as unidades segundo os níveis de população e para os municípios capitais de distrito do Continente.

Os dados que enformam este estudo continuam a provir das prestações de contas das administrações municipais (sem consolidação) e caracterizam-se por, uma vertente contabilístico – financeira orçamental (numa ótica de caixa) e uma vertente patrimonial.

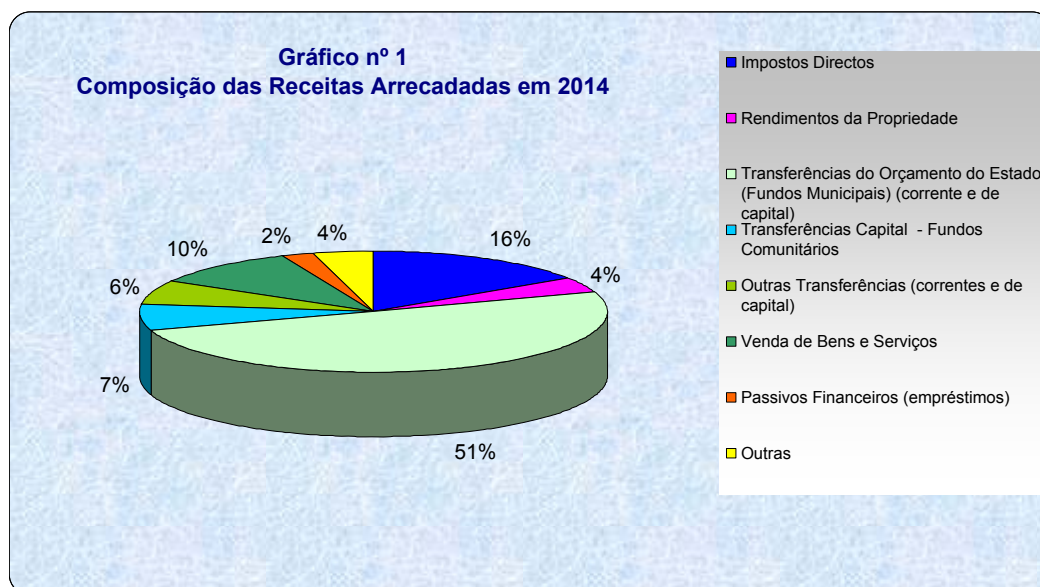
Em termos orçamentais, as operações contabilísticas estão abrigadas num classificador económico adaptado às autarquias locais, classificador este enquadrado no Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro, o qual, em termos sintéticos, está descrito no Anexo I do presente Relatório.

I. 1 - RECEITAS ARRECADADAS

As receitas arrecadadas em 2014 (sem o saldo da gerência anterior), montantes e composição interna por natureza, na região Alentejo, são apresentadas no quadro seguinte:

Quadro nº 1 - Receitas Totais Municipais (recebimentos) - Exercício de 2014
Região Alentejo

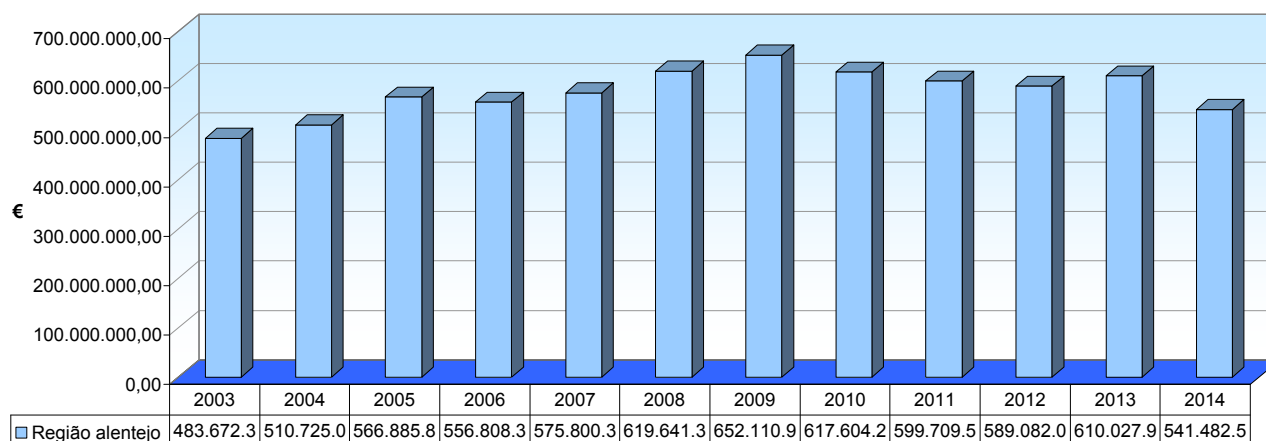
	Montante (€)	%
Impostos Diretos	84.646.384,87	15,63
Impostos Indiretos	1.862.517,31	0,34
Taxas, Multas e Outras Penalidades	10.113.326,36	1,87
Rendimentos da Propriedade	22.228.814,94	4,11
Transferências Correntes - Administração Pública Central - Fundos Municipais	241.345.017,07	44,57
Transferências Correntes - Administração Pública Central - Outros	19.364.668,16	3,58
Transferências Correntes - Administração Pública Local	138.593,88	0,03
Transferências Correntes - Administração Pública - Outros Entes Públicos	9.948.303,54	1,84
Transferências Correntes - Fundos Comunitários	1.330.574,35	0,25
Transferências Correntes - Particular e outras	2.597.223,48	0,48
Venda de Bens e Serviços	54.399.459,75	10,05
Outras Receitas Correntes	5.307.376,94	0,98
Venda de Bens de Investimento	3.539.915,65	0,65
Transferências Capital - Administração Pública Central - Fundos Municipais	30.507.296,41	5,63
Transferências Capital - Administração Pública Central - Outros	859.714,87	0,16
Transferências Capital - Administração Pública Local	15.440,36	0,00
Transferências Capital - Administração Pública - Outros Entes Públicos	142.071,89	0,03
Transferências Capital - Fundos Comunitários	38.096.689,91	7,04
Transferências Capital - Particular e outras	697.600,20	0,13
Ativos Financeiros	33.203,29	0,01
Passivos Financeiros	13.337.805,85	2,46
Outras Receitas de Capital	486.844,29	0,09
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	483.680,21	0,09
Total das Receitas	541.482.523,58	100,00
	108.557.499.292 Esc.	



Da análise à composição interna, referente a 2014, das receitas arrecadadas na Região (quadro nº 1 e gráfico nº 1), podemos retirar as seguintes ilações:

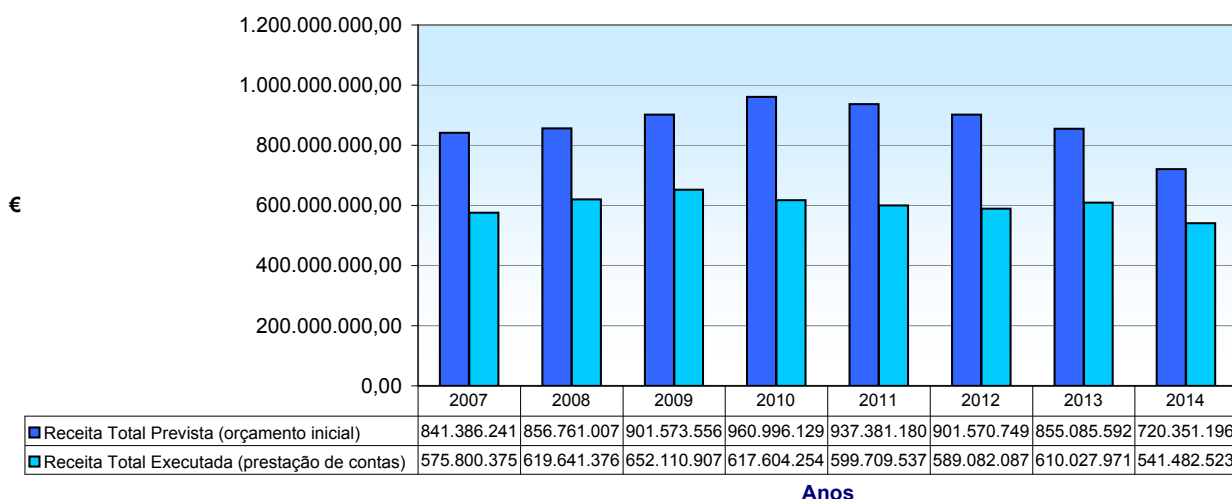
- A arrecadação, por parte das transferências do Orçamento de Estado (fundos municipais corrente e capital), atingiu os 271,9 milhões de euros, 50,20 % do total das receitas, continuando a ser a fonte principal de rendimentos municipais, mostrando-se assim significativamente dependente do perfil definido na lei de finanças locais;
- Em segundo lugar continua a vir os Impostos Diretos, com um recebimento de 84,64 milhões de euros (15,63 % do total);
- Em terceiro lugar vem a Venda de Bens e Serviços com uma receita de 54,39 milhões de euros (10,05 % do total);
- Na quarta posição, no elenco das principais receitas de 2014, vem as Transferências dos Fundos Comunitários (corrente e de capital) com uma participação de 39,4 milhões de euros (7,29 % do total).

Gráfico nº 2 - Receita Total



Ao analisar o gráfico nº 2 evidencia-se o decréscimo consecutivo da receita total no período de 2009 a 2012, em termos de recebimento. No ano de 2009 atingiu-se o montante mais elevado do período (652 milhões de euros). De 2012 para 2013 registou-se um aumento de receita no montante de 20,9 milhões de euros (3,56 %). No entanto, para 2014, apresenta-se novamente uma descida de 68,5 milhões de euros (-11,24 %).

Gráfico nº 3 - Execução da Receita Total Prevista



O gráfico nº 3 mostra-nos o nível de execução da receita total relativamente ao documento previsional inicial, para o período de 2007/2014. Refira-se a baixa taxa de execução da receita prevista, que oscilou entre o valor mínimo de 63,98 % em 2011 e 75,17 % em 2014, notando-se este ano uma melhoria apreciável. No entanto, os orçamentos municipais (a sua agregação regional) ainda continuam a caracterizar-se como pouco aderentes à realidade, ou seja, sobrevalorizados, complicando a execução financeira do exercício.

Quadro nº 2 - Capacidade de Cobrança

	Receita por Cobrar no Início do Ano (€) (1)	Receita Liquidada Total no Exercício (€) (2)	Receita Cobrada Líquida Total no Exercício (€) (3)	Capacidade de Cobrança (%) (4=3/(1+2))
2011	31.545.564,67	621.292.953,26	598.436.509,41	91,67
2012	45.047.710,92	594.489.851,21	587.549.456,41	91,87
Var%	42,80	-4,31	-1,82	
2013	44.766.377,64	624.469.684,40	608.294.313,94	90,89
Var%	-0,62	5,04	3,53	
2014	47.711.319,88	558.872.371,65	544.562.794,43	89,78
Var%	6,58	-10,50	-10,48	

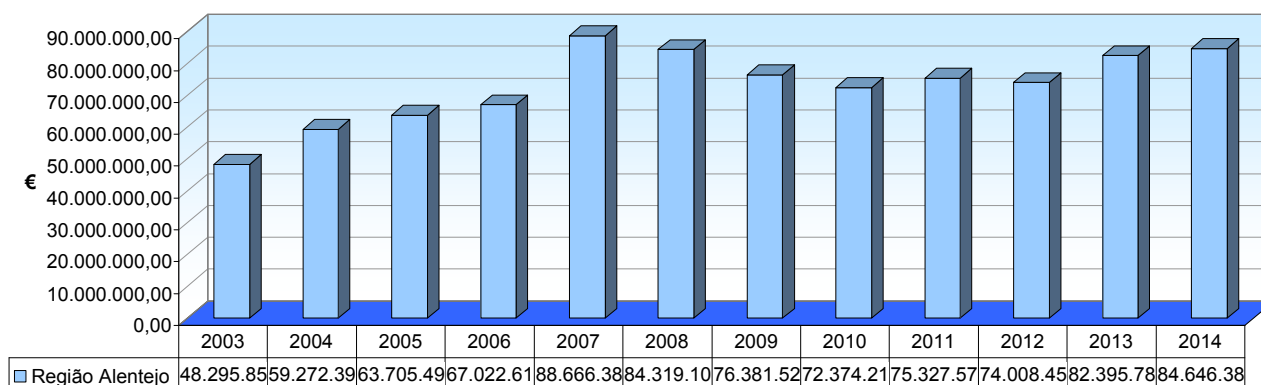
Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2011 e 2014
DSAJAL / DFLM

O quadro nº 2 apresenta-nos a capacidade das administrações municipais alentejanas, ao nível da sua tesouraria, em cobrarem os seus direitos a receber. A relação entre, por um lado, a receita cobrada líquida e, por outro, a receita por cobrar no ano anterior mais a liquidada no exercício, titulada como capacidade de cobrança, apresenta para os anos 2011 a 2014 uma variação de tendência negativa, registando uma taxa

que oscilou os 89,78 % e os 91,87 %. Em contraposição a uma ligeira melhoria de 2011 para 2012 de 0,20 %, registou-se uma quebra para 2013 de 0,98 % e de 1,22 % em 2014. Em termos parcelares constata-se, entre 2013 e 2014 um aumento no stock da receita por cobrar no início do ano, no montante de 2,9 milhões de euros, registando uma diminuição da receita liquidada de 10,50 % e uma diminuição do montante cobrado líquido, da ordem dos 10,48 %.

I. 2 - IMPOSTOS DIRETOS

Gráfico nº 4 - Impostos Diretos



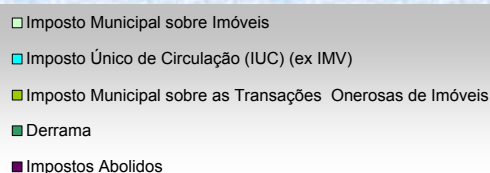
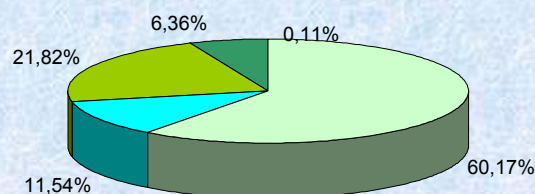
O gráfico nº 4 mostra-nos a evolução da arrecadação dos impostos diretos no período temporal de 2003 a 2014. Este período apresenta-nos uma fase de crescimento (de 2003 ao ano de 2007), este último ano com a maior receita arrecadada no período (88,7 milhões de euros). Segue-se um período de decréscimo fiscal contínuo (de 2007 a 2010). Nos três exercícios de 2011 a 2013 apresenta-se uma fase de inconstância, com um crescimento em 2011, uma perda em 2012 e, por último, uma recuperação significativa para 2013. De 2013 para 2014 registou-se um crescimento de 2,2 milhões de euros (2,73 %).

Quadro nº 3 - Impostos Diretos Municipais (recebimentos) 2014
Região Alentejo

	2014		
	(€)	%	%
Imposto Municipal sobre Imóveis	50.935.356,89	60,17	9,41
Imposto Único de Circulação (IUC) (ex IMV)	9.765.458,95	11,54	1,80
Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis	18.471.120,52	21,82	3,41
Derrama	5.379.611,90	6,36	0,99
Impostos Abolidos	94.836,61	0,11	0,02
Total Impostos Diretos	84.646.384,87	100,00	15,63
Total das Receitas	541.482.523,58		100,00

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2014
DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 5 - Composição dos Impostos Diretos (2014)

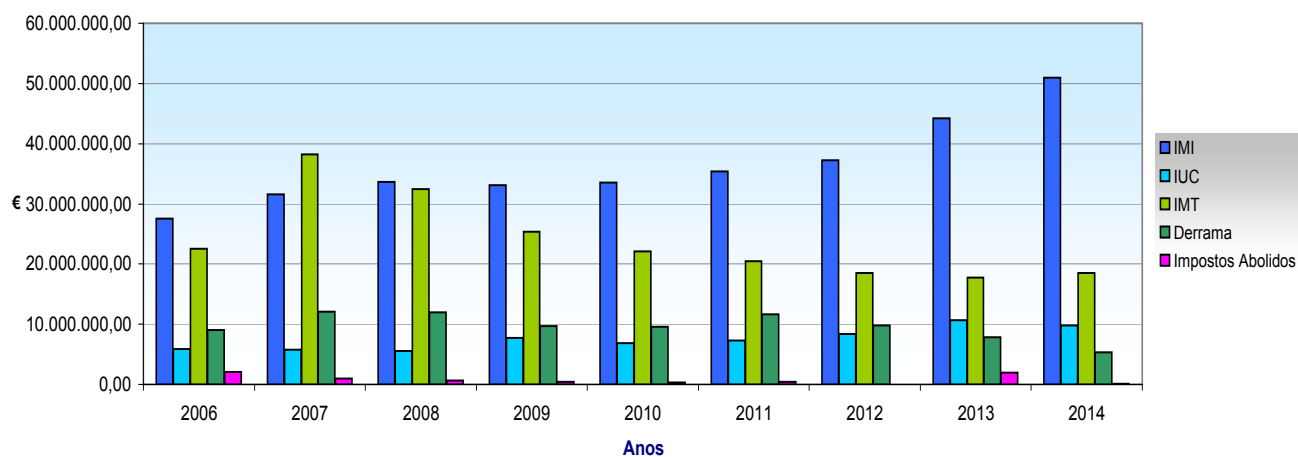


Da análise conjugada do quadro nº 3 e gráfico nº 5, refira-se que em 2014 foram arrecadados 84,6 milhões de euros de impostos diretos (15,63 % do total). Em termos de composição interna, em 2014, o imposto com maior arrecadação continuou a ser o imposto municipal sobre imóveis (IMI) com 50,9 milhões de euros (60,17 % do total dos impostos diretos), em segundo lugar continuou a registar o imposto municipal sobre transacções (IMT) com uma arrecadação de 18,4 milhões de euros (21,82 % do total destes impostos), seguido do imposto único de circulação (IUC), com 9,7 milhões de euros (11,54 %). Por fim, vem a derrama, com 5,3 milhões de euros (6,36 % de participação).

O gráfico nº 6 representa a evolução temporal da desagregação dos impostos diretos. Regista-se um crescimento consecutivo do IMI de 2009 a 2014, com maior expressão em 2013 e 2014 e uma queda contínua e consistente, desde 2007, do IMT, com uma ligeira recuperação em 2014.

No que toca ao IMT e à derrama, a actual reforma fiscal terá que ser muito bem pensada para que não tenha impactos negativos nas finanças municipais da Região.

Gráfico 6 - Evolução do Recebimento dos Impostos Diretos

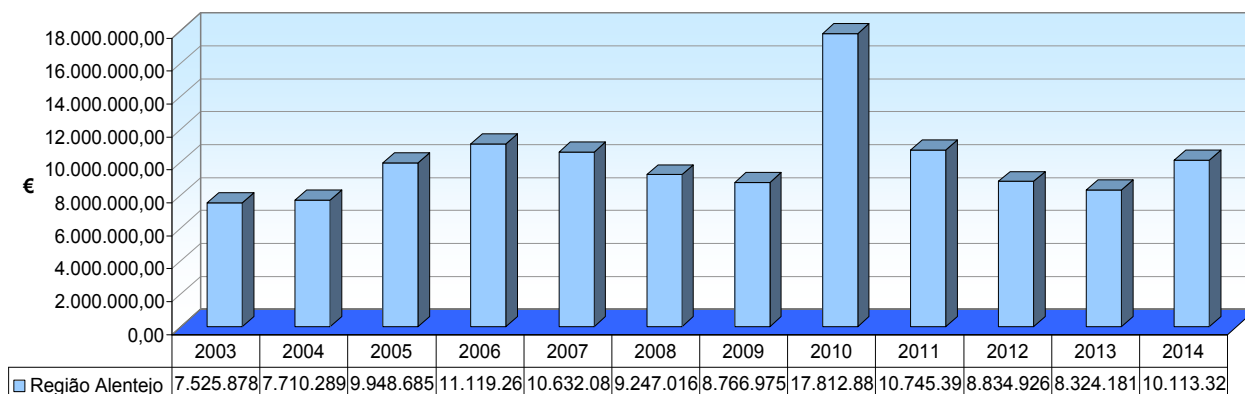


I.3 - OUTRAS RECEITAS

• TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

Este tipo de receita apresentou um crescimento em 2011, contrariando a linha de queda de 2006 a 2009, não contando com o montante excecional registado em 2010, ano este que contraria o perfil normal de arrecadação desta receita.

Gráfico nº 7 - Taxas, Multas e Outras Penalidades

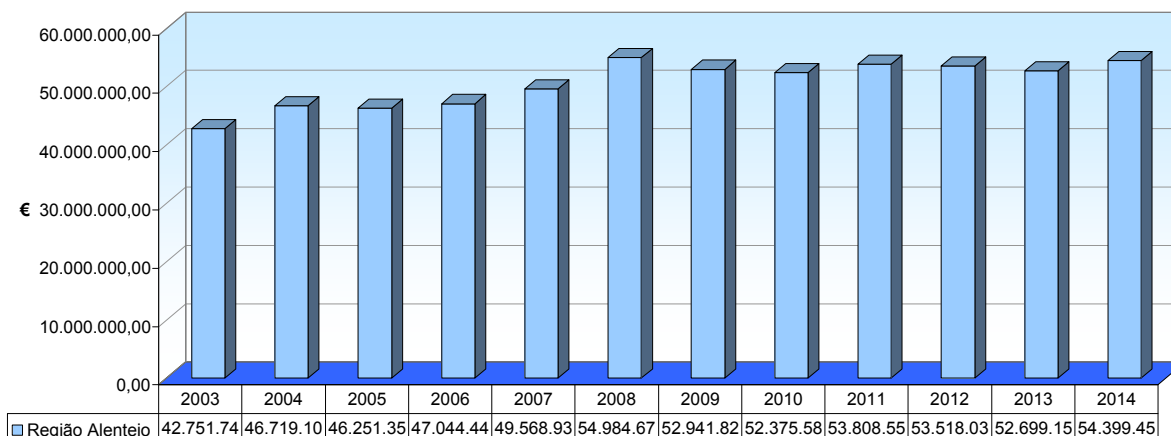


Contudo, as taxas, multas e outras penalidades apresentaram um decréscimo contínuo de 2010 até 2013, com menos 510 745 euros, (- 5,78 %) de 2012 para 2013, apresentando, no entanto, um acréscimo em 2014, de 1,7 milhões de € (21,49 %).

• VENDA DE BENS E SERVIÇOS

A receita da venda de bens e serviços (gráfico nº 8) tem-se mostrado irregular no período de análise, registando-se um decréscimo de 2008 a 2010, contrapondo-se um ligeiro acréscimo de 2010 para 2011. De 2011 para 2013 tem-se vindo a registar uma diminuição consecutiva, contrariada por uma subida em 2014 da ordem dos 1,7 milhões de € (3,23 %).

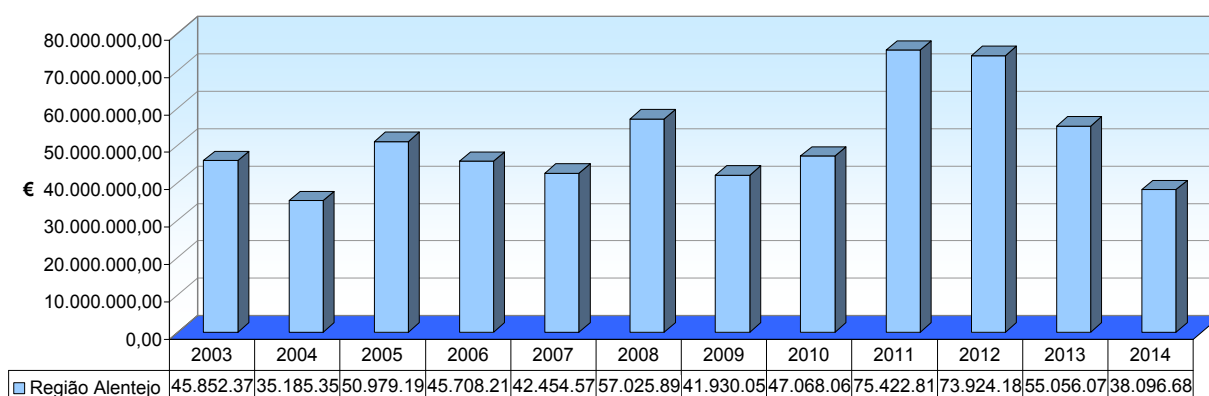
Gráfico nº 8 - Venda de Bens e Serviços



● FUNDOS COMUNITÁRIOS (CAPITAL)

Este tipo de recebimento (gráfico nº 9) continua a ter, no geral, uma evolução irregular e cíclica no período de 2003/2014, embora com alguma regularidade no final desse período. De 2009 para 2011 esta receita tem vindo a registar uma evolução de crescimento, em especial, de 2010 para 2011, com um acréscimo de 28,4 milhões de euros (60,24 %), constituindo-se este ano de 2011 no exercício com o montante mais elevado no presente cronograma. De 2011 para 2014 este tipo de proveito vem registando decréscimos consecutivos significativos, muito em especial de 2012 para 2013 com uma quebra acentuada de receita de -25,52 %, calculada em 18,9 milhões de euros e em 2014 com uma diminuição de arrecadação de 16,9 milhões de euros € (30,80 %).

Gráfico nº 9 - Fundos Comunitários (de capital)



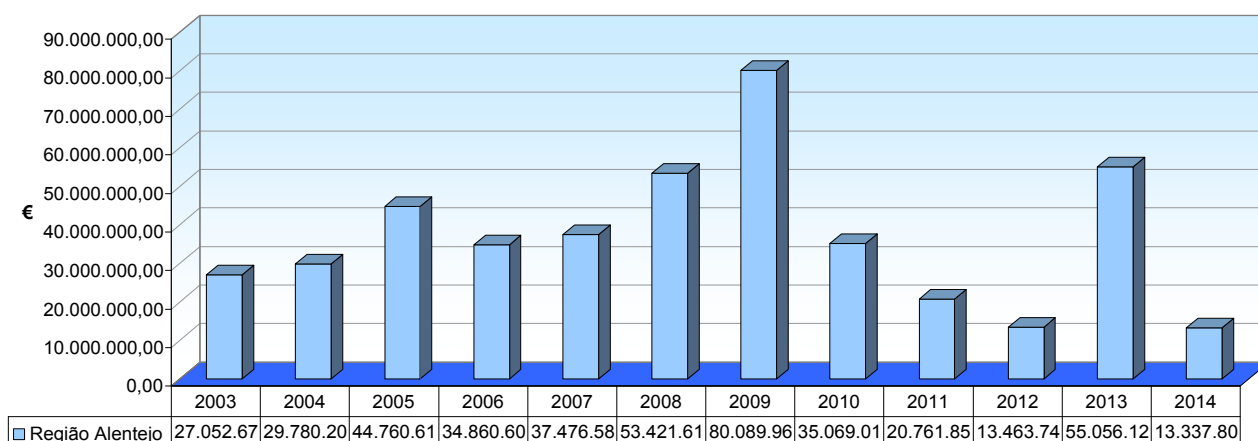
● PASSIVOS FINANCEIROS (EMPRÉSTIMOS)

Analisando o quadro e gráficos seguintes é possível salientar as seguintes observações:

- ➡ Antes demais, refira-se que este tipo de receita agrega empréstimos de curto e de médio e longo prazos, com características diversas, tais como:
 - Os empréstimos de curto prazo têm um período de vida que vai até um ano e o seu objecto é exclusivamente fazer frente às dificuldades de tesouraria;
 - Os empréstimos de médio e longo prazos têm períodos de vida mais longos e o seu objectivo confina-se ao investimento ou ao reequilíbrio e saneamento financeiros.
- ➡ Em termos de recebimento global, vide gráfico nº 10, a contração de empréstimos registou, no período de 2003 a 2014, três ciclos evolutivos:
 - Um, de 2003 a 2005 de crescimento contínuo, mais forte em 2005;
 - Outro, de 2006 a 2009, também de acréscimos contínuos e firmes até 2009 (ano de maior contração de empréstimos em todo o período) com uma arrecadação recorde de 80 milhões de euros;
 - Por último, um período de 2009 a 2012 de contínuo decréscimo de receita, com maior expressão de 2009 a 2010, com uma descida de 56,21 %;

- Refira-se que, a receita creditícia teve um recuo de 2009 a 2012 da ordem dos 66,6 milhões de euros, (- 83,19 %), resultante de uma menor oferta de crédito e das normas legais mais apertadas no controlo ao endividamento bancário;
- Contudo, em 2013 regista-se um crescimento brutal deste tipo de receita, na ordem dos 308,92 %, acréscimo este de 41,6 milhões de euros. Este aumento deveu-se essencialmente à adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), regulado pela Lei nº 43/2012 de 28 de agosto, por parte de 10 municípios da Região, com um recebimento global em 2013 de 45,5 milhões de euros, conforme os dados publicados no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses - 2013. O objetivo do PAEL era a regularização do pagamento de dívidas vencidas há mais de 90 dias, estabelecendo os municípios contratos de empréstimo com o Estado;
- Em 2014 volta a registar-se um forte decréscimo de 41,7 milhões de € (-75,77 %).

Gráfico nº 10 - Passivos Financeiros (empréstimos)

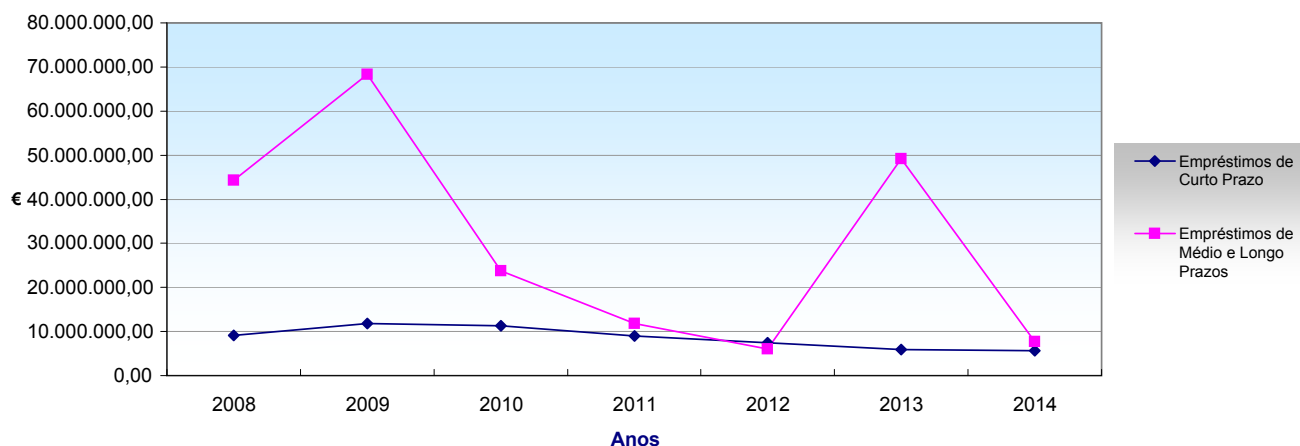


- ➔ No quadro nº 4 e gráfico nº 11 observa-se que o crédito a curto prazo teve um crescimento de 2008 para 2009 de 28,94 %, tendo registado decréscimos consecutivos de 2010 a 2013, com maior expressão de 2012 para 2013 com -21,82 %, atingindo neste ano os 5,8 milhões de euros de arrecadação. Em 2014 continuou-se a registar-se uma diminuição, mas mais pequena, de 235,5 mil euros (-4,03 %). No que se refere ao crédito de médio e longo prazos, as variações anuais são de maior envergadura e apresenta de 2012 para 2013 um crescimento significativo de 722,19 %, passando de uma arrecadação de 5,9 milhões de euros para 49,2 milhões de euros. Destes 49, 2 milhões de euros em 2013, 45,5 milhões são afetos ao Programa PAEL como se referiu anteriormente. Em 2014 apresenta-se uma descida significativa de 41,4 milhões de € (-84,30 %).

Quadro nº 4 - Receita Desagregada proveniente dos Passivos Financeiros (empréstimos)
Região Alentejo

		Empréstimos de Curto Prazo	Empréstimos de Médio e Longo Prazos	Total dos Passivos Financeiros (Empréstimos)
2008	€	9.157.931,74	44.263.681,59	53.421.613,33
2009	€	11.808.472,89	68.281.490,42	80.089.963,31
Var %		28,94	54,26	49,92
2010	€	11.324.000,00	23.745.011,30	35.069.011,30
Var %		-4,10	-65,22	-56,21
2011	€	8.988.750,34	11.773.109,38	20.761.859,72
Var %		-20,62	-50,42	-40,80
2012	€	7.478.530,00	5.985.219,24	13.463.749,24
Var %		-16,80	-49,16	-35,15
2013	€	5.846.530,00	49.209.595,36	55.056.125,36
Var %		-21,82	722,19	308,92
2014	€	5.611.000,00	7.726.805,85	13.337.805,85
Var %		-4,03	-84,30	-75,77

Gráfico nº 11 - Evolução dos Empréstimos Contraídos



I. 4 - COMPROMISSOS (DESPESA) E CAPACIDADE PARA PAGAR

Quadro nº 5 - Composição dos Compromissos

	Compromissos (despesa) por Pagar no ano anterior (€)	%	Despesa Assumida (compromissos) do Exercício (€)	%	Despesa Assumida (compromissos) para Exercícios Futuros (€)	%	Total dos Compromissos (€)
2011	164.835.300,29	16,79	707.516.486,98	72,05	109.643.200,18	11,17	981.994.987,45
2012	191.455.167,59	20,47	568.060.947,41	60,72	175.989.316,23	18,81	935.505.431,23
Var%	16,15		-19,71		60,51		-4,73
2013	177.477.834,56	18,08	585.062.641,40	59,62	218.837.116,69	22,30	981.377.592,65
Var%	-7,30		2,99		24,35		4,90
2014	132.811.931,85	13,53	530.156.246,05	54,02	252.404.306,70	25,72	915.372.484,60
Var%	-25,17		-9,38		15,34		-6,73

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2011 e 2014
DSAJAL / DFLM

O quadro nº 5 aborda os compromissos assumidos (despesa) na sua composição por natureza. No que se refere à evolução de 2011 para 2014, mostra-se que, os compromissos por pagar do ano anterior tiveram um crescimento de 16,15 %, ou seja, mais 26,6 milhões de euros, enquanto que de 2012 para 2013 se registou uma diminuição de 7,30 %, ou seja, menos 13,9 milhões de euros, registando uma diminuição mais acentuada em 2014, com menos 25,17 %. Os compromissos assumidos no exercício sofreram um decréscimo de 19,71 % em 2012 e, para 2013, sofreram um ligeiro aumento de 2,99 %, calculado em 17 milhões de euros, caindo em 2014 9,38 %. Os compromissos para exercícios futuros sofreram crescimentos nos anos de 2012 a 2014, sendo o mais significativo o de 2012 com 60,51 %, tendo crescido para 2013 24,35 %, mais 42,8 milhões de euros e 15,34 % em 2014. Saliente-se, com alguma preocupação, a evolução positiva contínua do peso dos compromissos para exercícios futuros no total dos compromissos assumidos, passando de 11,17 % em 2011 para 18,81 % em 2012, para os 22,3 % em 2013 e 25,34 % em 2014, sobrecarregando-se, desde já, os próximos exercícios.

Quadro nº 6 - Capacidade para Pagar

	Compromissos (despesa) por Pagar no ano anterior (€) (1)	Despesa Assumida (compromissos) do Exercício (€) (2)	Total dos Compromissos para o Exercício (€) (3 = 1+2))	Despesa Paga (€) (4)	(4)/(3) %
2011	164.835.300,29	707.516.486,98	872.351.787,27	587.233.962,47	67,32
2012	191.455.167,59	568.060.947,41	759.516.115,00	582.025.412,69	76,63
Var%	16,15	-19,71	-12,93	-0,89	
2013	177.477.834,56	585.062.641,40	762.540.475,96	623.585.230,10	81,78
Var%	-7,30	2,99	0,40	7,14	
2014	132.811.931,85	530.156.246,05	662.968.177,90	548.963.794,05	82,80
Var%	-25,17	-9,38	-13,06	-11,97	

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2011 e 2014

DSAJAL / DFLM

O quadro nº 6 mostra-nos a capacidade (financeira e/ou de tesouraria) de pagar os compromissos entretanto assumidos, através da relação entre a despesa paga e o acumulado dos compromissos por pagar transitados e os compromissos assumidos no exercício, a esta relação titulouse-se como capacidade para pagar. A evolução de 2011 para 2012 mostra-se positiva, passando de uma taxa de 67,32 % para 76,63 %. De 2012 para 2013 a taxa cresceu para os 81,78 %, evolução altamente positiva. Em 2014 a situação também melhorou, passando a taxa para 82,80 %. Contudo, era aconselhável que se aplique todos os esforços em alcançar taxas superiores, mostrando assim que as administrações municipais têm capacidade em conseguir honrar os seus compromissos, pagando-os.

I.5 - DESPESA PAGA

O presente bloco apresenta-nos as despesas pagas em 2014, a evolução da despesa total no período 2003/2014 e a relação entre a despesa paga em 2011/2014 originária em exercícios anteriores e o total da despesa paga no ano.

Assim:

➡ No exercício de 2014, as maiores despesas foram relativas a:

- Pessoal (203,9 milhões de euros) com 37,16 % de participação;
- Aquisição de bens e serviços (148,9 milhões de euros) 27,14 % de participação;
- Aquisição de bens de capital (84,2 milhões de euros) com 15,35 %;
- O serviço da dívida relativa ao crédito (juros + amortizações) com 44,6 milhões de euros.

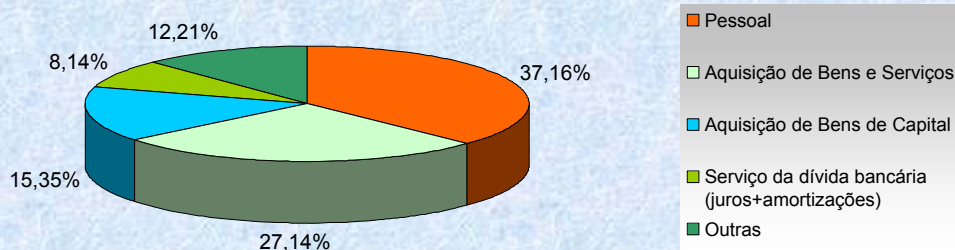
Quadro nº 7 - Despesas Totais Municipais (pagamentos) - Exercício de 2014
Região Alentejo

	Montante (€)	%
Pessoal	203.988.905,89	37,16
Aquisição de Bens e Serviços	148.975.208,15	27,14
Transferências Correntes	41.757.490,02	7,61
Encargos Financeiros (Juros)	7.340.778,69	1,34
Subsídios	3.485.551,81	0,63
Outras Despesas Correntes	6.790.519,48	1,24
Aquisição de Bens de Capital	84.274.670,76	15,35
Transferências de Capital	12.441.625,51	2,27
Ativos Financeiros	179.571,40	0,03
Passivos Financeiros (Amortizações)	37.331.625,02	6,80
Outras Despesas de Capital	2.397.847,32	0,44
Total das Despesas	548.963.794,05	100,00
	110.057.359.359 Esc.	

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2014

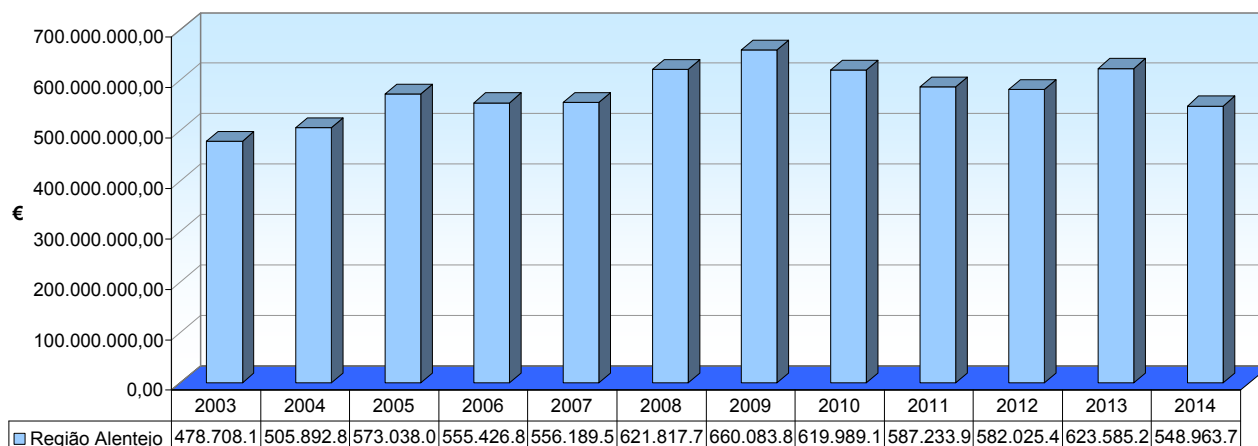
DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 12 - Composição das Principais Despesas - 2014



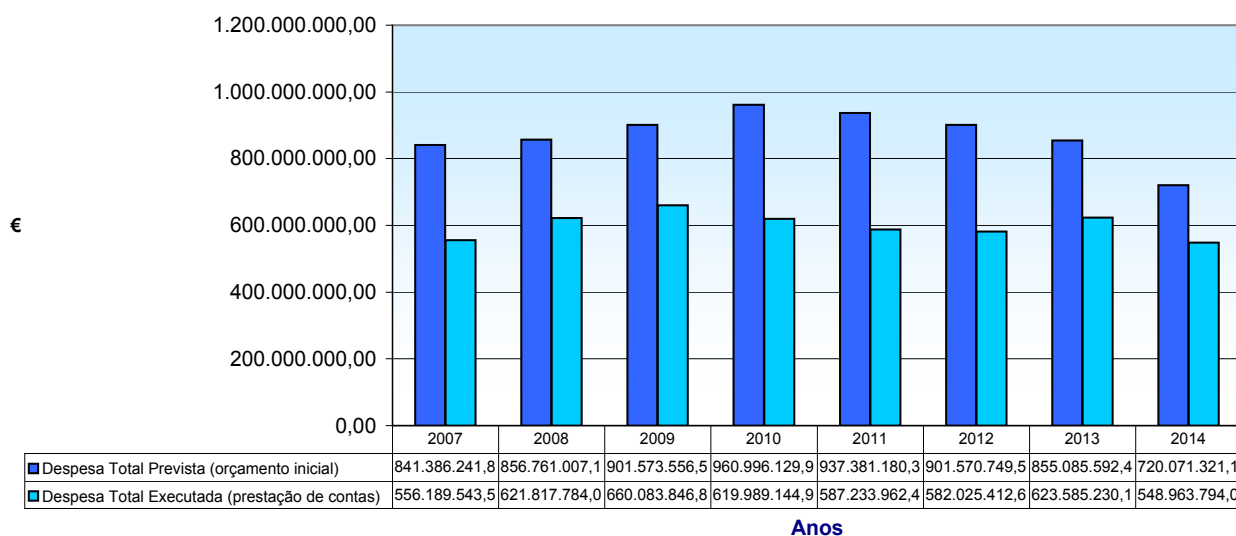
No que toca à evolução temporal da despesa global, o gráfico nº 13 mostra-nos um decréscimo contínuo desde 2009, ano em que se atingiu o montante mais elevado de pagamentos totais, com o montante de 660 milhões de euros, até 2012. Contudo, de 2012 para 2013 a despesa global cresceu 7,14 %, no montante de 41,6 milhões de euros. Registe-se que de 2009 para 2012 as administrações municipais alentejanas, no seu conjunto gastaram menos 78 milhões de euros. De 2013 para 2014 o total da despesa desceu 74,6 milhões de euros, ou seja, sofreu um decréscimo de 11,97 %.

Gráfico nº 13 - Despesa Total



O gráfico nº 14 mostra-nos a execução da despesa prevista em orçamento, evidenciando uma não aderência à realidade financeira, tal como se viu nas receitas, demonstrando a fragilidade dos documentos de previsão, sendo necessário, para o futuro, continuar a corrigir esta fragilidade, elaborando com maior rigor e realismo os orçamentos (receitas/despesas), como a lei exige, sendo esses documentos imprescindíveis a uma boa gestão financeira municipal. As taxas de execução também variam, do seu valor mínimo de 62,65 % em 2011, até ao seu valor máximo de 76,24 % em 2014.

Gráfico nº 14 - Execução da Despesa Total Prevista



Anos

Se relacionarmos a despesa paga num exercício, relativa a despesa emergente em exercícios anteriores, com o global da despesa paga nesse exercício, dados do quadro nº 8 e do gráfico nº 15, consistindo no pagamento de dívida de exercícios anteriores, para uma amostra de 72 % dos municípios da região, observa-se um decréscimo desta relação, de 2009 para 2012 de 15,35 % para 10,80 % em 2012, registando um crescimento em 2013, para o valor de 14,60 % e uma diminuição para 2014 para o valor de 12,81 %. Para o nível de toda a Região (47 municípios), a relação atinge os 14,98 % em 2013, descendo para os 12,81 % em 2014.

Quadro nº 8 - Despesa Paga - por Exercício - Região Alentejo

	TOTAL (corrente+capital) (€) (a)	Despesa do Exercício Corrente (€) (b)	Despesa de Exercícios Anteriores (€) (c)	(c) / (a) %
2009 *	478.568.498,41	405.132.070,18	73.436.428,23	15,35
2010 *	421.524.775,24	362.664.897,56	58.859.877,68	13,96
2011 *	418.906.960,43	370.901.204,93	48.005.755,50	11,46
2012 *	415.063.324,63	370.247.027,76	44.816.296,87	10,80
2013 *	451.786.322,40	385.817.770,50	65.968.551,90	14,60
2014 *	548.963.794,05	478.657.473,57	70.306.320,48	12,81
2011 **	541.558.758,25	478.890.423,41	62.668.334,84	11,57
2012 ***	564.791.598,92	490.240.089,34	74.551.509,58	13,20
2013 ****	623.585.230,10	530.202.960,66	93.382.269,44	14,98
2014 ****	548.963.794,05	478.657.473,57	70.306.320,48	12,81

Fonte:

* Prestações de Contas de 34 municípios (idênticos) nos 6 anos (72,34 % da Região)

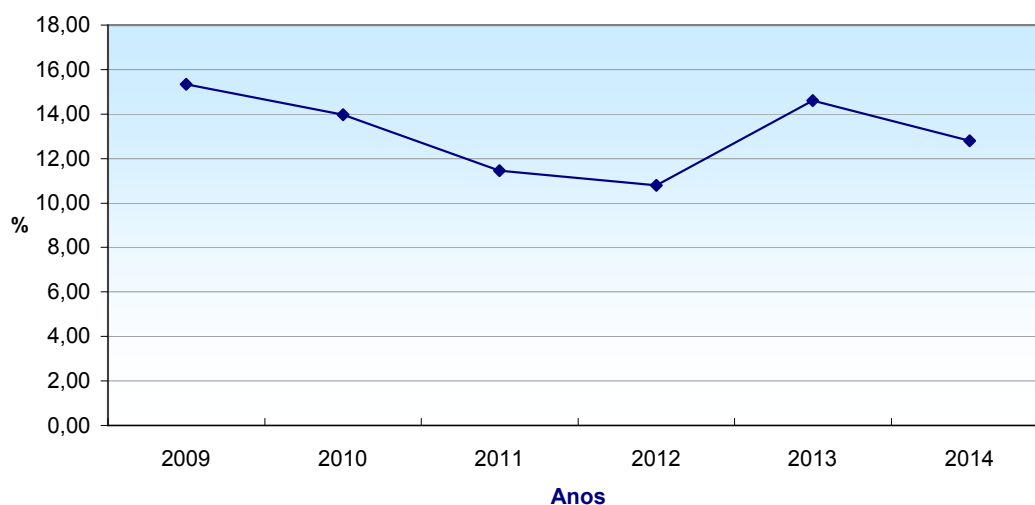
** Prestações de Contas de 44 municípios (93,61 % da Região)

*** Prestações de Contas de 46 municípios (97,87 % da Região)

**** Prestações de Contas dos 47 municípios da Região

DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 15 - Relação Entre Despesa Paga Referente a Exercícios Anteriores e o Total da Despesa Paga



I . 6 - DESPESA COM PESSOAL

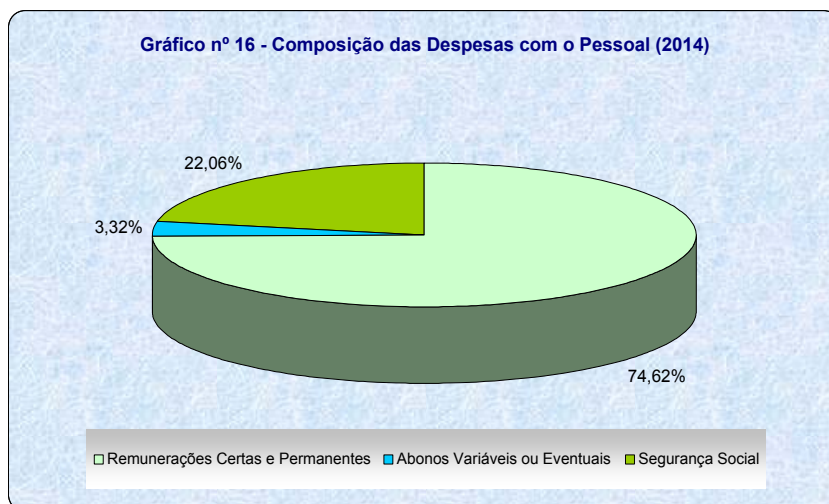
**Quadro nº 9 - Despesa com Pessoal (pagamentos) 2014
Região Alentejo**

	2014		
	(€)	%	%
Remunerações Certas e Permanentes	152.212.452,68	74,62	27,73
Abonos Variáveis ou Eventuais	6.768.520,09	3,32	1,23
Segurança Social	45.007.933,12	22,06	8,20
Total das Despesas com Pessoal	203.988.905,89	100,00	37,16
Total das Despesas	548.963.794,05		100,00

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2014
DSAJAL / DFLM

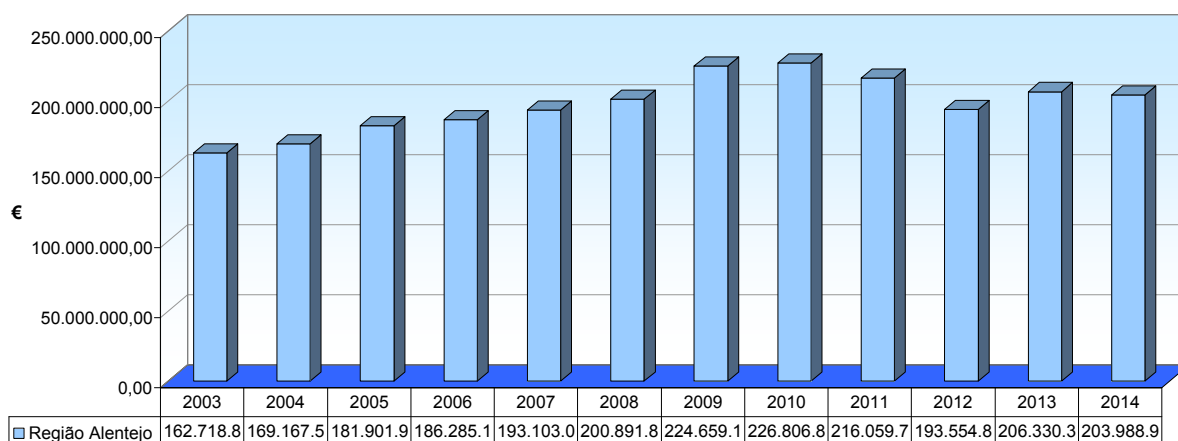
No exercício de 2014 a administração municipal pagou, em termos de despesa com pessoal, 203,9 milhões de euros, 37,16 % do total da despesa executada neste ano. Deste montante, a fatia maioritária continua a caber às remunerações certas e permanentes com 152,2 milhões de euros (74,62 % do total deste tipo de encargos), ficando a segurança social com 22,06 % de participação.

Gráfico nº 16 - Composição das Despesas com o Pessoal (2014)



No que toca à evolução da despesa com pessoal no período 2003/2014, esta apresentou um crescimento contínuo e firme entre 2003 a 2010 (ano em que atingiu o pico mais elevado de pagamento) no valor de 226 milhões de euros. De 2010 para 2012 registou-se uma fase de decréscimos, mais importante entre 2011/2012 com uma quebra de 22,5 milhões de euros, (- 10,42 %). De 2012 para 2013, no entanto, a despesa com pessoal cresceu em 12,8 milhões (6,60 %). De 2013 para 2014 esta despesa voltou a decrescer 2,3 milhões de euros (-1,13 %).

Gráfico nº 17 - Despesas com o Pessoal



O quadro nº 10 mostra-nos a evolução da despesa com o pessoal desagregada, entre 2008 e 2014, podendo-se explicitar as seguintes observações:

- O total da despesa teve um crescimento de 6,15 % de 2008 para 2009, iniciando em seguida um período de sucessivos decréscimos entre 2010 a 2012, cada vez menores, quebras essas calculadas em - 6,07 %, - 5,28 % e - 0,89 %, respectivamente, crescendo para 2013 em 7,14 % e voltando a cair, agora com mais significado em 2014 (-11,97 %);
- No que toca à evolução da despesa com o pessoal, esta teve um crescimento de 11,83 % de 2008/2009, passando por uma fase de estabilização, com um acréscimo de 0,96 % entre 2009/2010, passando para a fase de decréscimos de 4,7 % em 2011 e, por fim, uma variação significativa de - 10,42 % em 2012 devido, entre outros factores, a medidas restritivas de impacto salarial. No entanto, em 2013, registou-se um aumento de 6,60 %, acompanhando o aumento da despesa, decrescendo em 2014 1,13 %, acompanhando a tendência de descida da despesa global, mas com menor impacto;
- As remunerações certas e permanentes, a componente maioritária da despesa com pessoal, teve uma dinâmica semelhante à evolução da despesa de pessoal;
- No que se refere aos abonos variáveis ou eventuais, estes tiveram um acréscimo de 6,5 % em 2008/2009, com decréscimos progressivos e cada vez mais profundos, nos anos seguintes, com taxas de variação de -9,34 %, -15,92 % e -22,87 %, respectivamente, resultado de medidas mais restritivas a este tipo de encargos, registando-se em 2013 um decréscimo mais comedido de 8,19 %, e uma quebra mais reduzida em 2014 de 3,35 %;
- A segurança social registou um crescimento de 13,30 % entre 2008/2009, repetindo a fase de crescimento agora de 7,93 % para 2010 e evoluindo para uma fase de quebras sucessivas e crescentes de -5,67 % para 2011 e - 7,02 % em 2012, com um crescimento significativo registado em 2013, atingindo os 18,18 %, crescendo mais mas com menor envergadura em 2014 em 11,38 %.

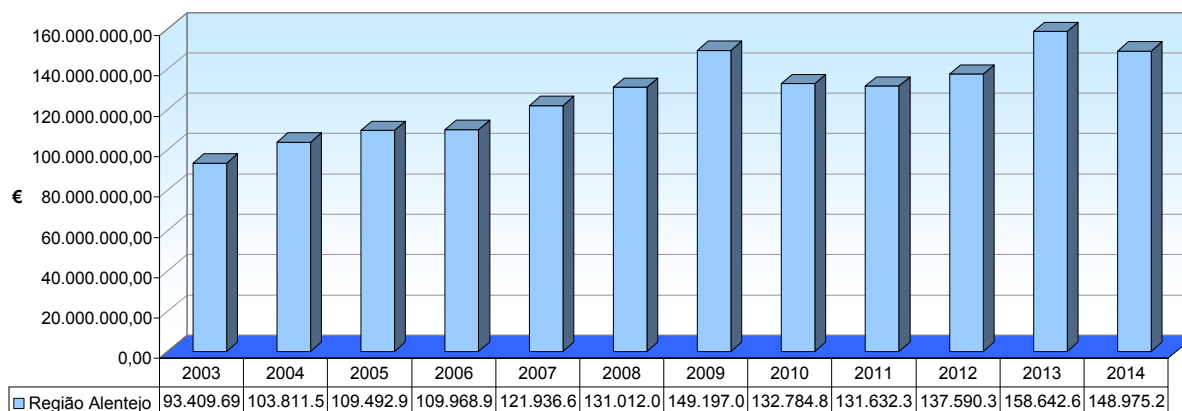
Quadro nº 10 - Evolução da Composição da Despesa com Pessoal (pagamentos)
Região Alentejo

		Remunerações Certas e Permanentes	Abonos Variáveis ou Eventuais	Segurança Social	Total das Despesas com Pessoal	Total das Despesas
2008	€	156.830.605,93	12.181.529,54	31.879.668,82	200.891.804,29	621.817.784,01
2009	€	175.563.218,83	12.975.408,11	36.120.516,77	224.659.143,71	660.083.846,82
Var %		11,94	6,52	13,30	11,83	6,15
2010	€	176.056.867,23	11.763.407,96	38.986.605,34	226.806.880,52	619.989.144,93
Var %		0,28	-9,34	7,93	0,96	-6,07
2011	€	169.393.622,51	9.890.921,36	36.775.198,63	216.059.742,50	587.233.962,47
Var %		-3,78	-15,92	-5,67	-4,74	-5,28
2012	€	151.730.870,52	7.628.595,25	34.195.339,07	193.554.804,84	582.025.412,69
Var %		-10,43	-22,87	-7,02	-10,42	-0,89
2013	€	158.916.360,14	7.003.438,33	40.410.514,02	206.330.312,49	623.585.230,10
Var %		4,74	-8,19	18,18	6,60	7,14
2014	€	152.212.452,68	6.768.520,09	45.007.933,12	203.988.905,89	548.963.794,05
Var %		-4,22	-3,35	11,38	-1,13	-11,97

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2014
DSAJAL / DFLM

I. 7 - AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Gráfico nº 18 - Aquisição de Bens e Serviços



No que se refere à evolução deste tipo de despesa, ela mostra, nos últimos anos, um decréscimo desde 2009, mais acentuado entre 2009/2010 (-11,00 %) e uma quase estabilização para 2011, com uma variação de (-0,87 %) uma perda de 1,1 milhões de euros. Contudo, em 2012 e, essencialmente em 2013, o pagamento desta despesa voltou a crescer, 5,9 milhões de euros (4,53 %) em 2012 e 21,1 milhões de euros (15,30 %) em 2013 (ano que registou, no período, o valor mais alto de pagamentos). Podemos apontar, como hipótese, como um dos fatores deste crescimento, as medidas tomadas em 2013 para o pagamento de dívidas em atraso. Em 2014 esta despesa registou uma quebra de 9,6 milhões de euros (-6,09 %).

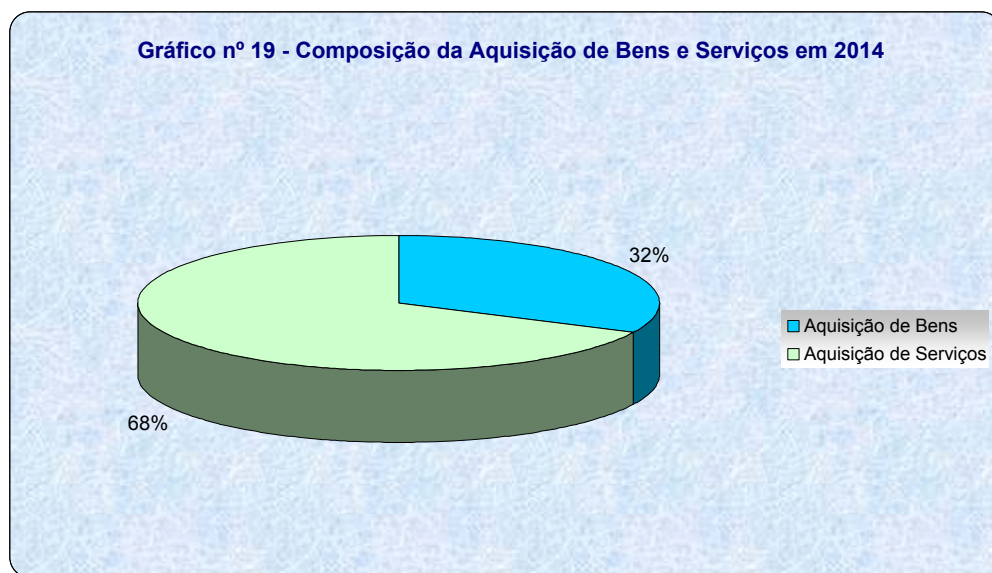
Quadro nº 11 - Aquisição de Bens e Serviços - despesa paga
Região Alentejo

	TOTAL (€)	Aquisição de Bens (€)	%	Aquisição de Serviços (€)
2010	132.784.822,18	35.420.286,90	26,67	97.364.535,28
2011	131.632.390,29	36.428.583,44	27,67	95.203.806,85
Var %	-0,87	2,85		-2,22
2012	137.590.300,25	39.616.868,95	28,79	97.973.431,30
Var %	4,53	8,75		2,91
2013	158.642.636,74	51.754.362,40	32,62	106.888.274,34
Var %	15,30	30,64		9,10
2014	148.975.208,15	48.022.673,05	32,24	100.952.535,10
Var %	-6,09	-7,21		-5,55

Fonte: Prestações de Contas dos 47 municípios referente a 2010 e 2014
DSAJAL / DFLM

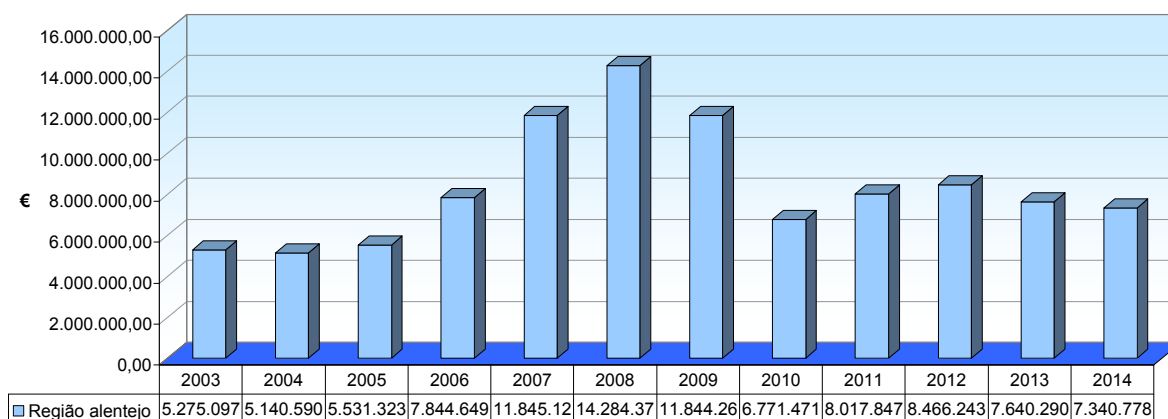
O quadro nº 11 e o gráfico nº 18 mostram-nos o seguinte:

- A componente de aquisição de bens tem vindo a registar um crescimento constante e firme entre 2010 e 2013, muito em especial em 2012/2013. Este tipo de despesa aumentou, entre 2010/2011, 2,85 %, registando um aumento mais visível em 2012, com uma taxa de 8,75 %, contudo, em 2013 o acréscimo foi mais significativo com mais 12,1 milhões de euros (30,64 %). No entanto, a aquisição de bens sofreu um decréscimo em 2014 de 7,21 %;
- A parcela de aquisição de serviços decresceu 2,22 % de 2010/2011, apresentando aumentos para os anos seguintes de 2,91 % para 2012 e 9,10 % em 2013 e uma diminuição de 5,55 % em 2014;
- De notar que os decréscimos parcelares acompanham, em 2014, a descida do montante global deste tipo de despesa, a qual rondou os 6,09 %;
- Do total da rubrica (aquisição de bens e serviços) a parcela adstrita à aquisição de bens oscilou, de forma crescente, entre 26,67 % (2010) a 32,62 % (2013), decaindo um pouco em 2014 atingindo os 32,24 %, mostrando que os municípios ainda continuam a adquirir, externamente, maioritariamente serviços.



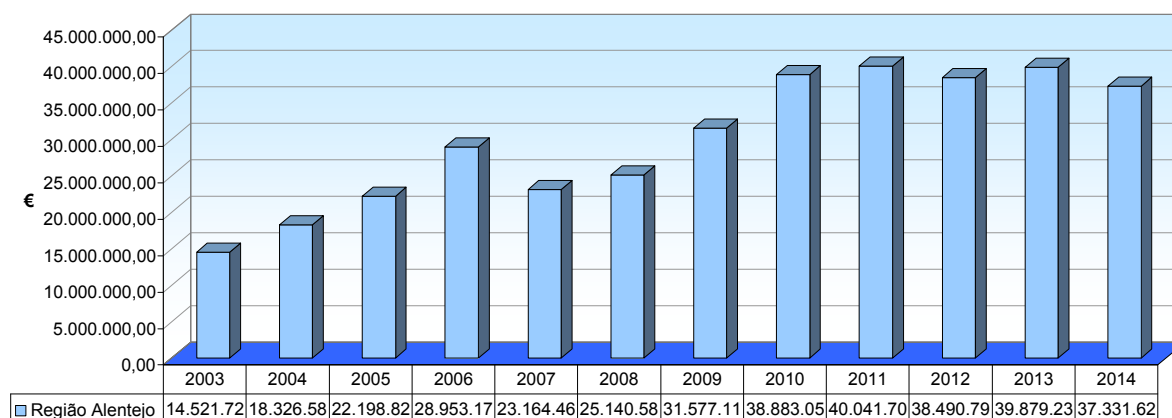
I. 8 - SERVIÇO DA DÍVIDA BANCÁRIA

Gráfico nº 20 - Encargos Financeiros (juros)



No que toca à despesa paga através dos juros de empréstimos notamos um segundo ciclo de subida, após um ciclo longo de acréscimos (de 2004 até 2008), ao qual se sucedeu um período de descidas (de 2008 até 2010). De 2010 a 2012 a rubrica de juros teve subidas constantes, apresentando uma descida para 2013 de 825,9 mil euros (-9,76 %). Em 2014 a despesa com os Juros voltou a descer, no montante de 299,5 mil euros (-3,92 %).

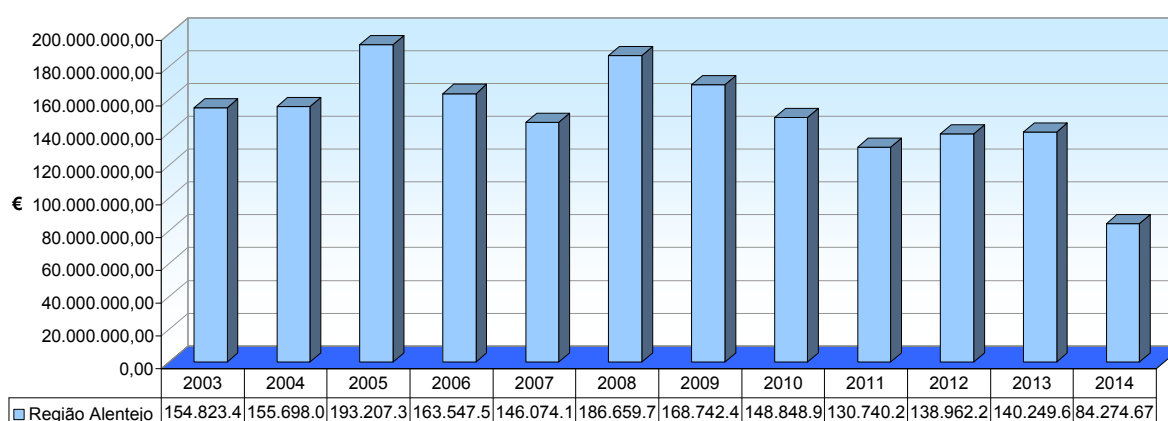
Gráfico nº 21 - Passivos Financeiros (amortizações)



No que se refere à despesa com amortizações de empréstimos (gráfico nº 21), observa-se um contínuo crescimento de 2007 até 2011, registando em 2012/2013 uma instabilidade, com um decréscimo em 2012 de 1,5 milhões de euros (-3,87 %) e um crescimento, para 2013, de 1,4 milhões de euros (3,61 %). Em 2014 esta despesa volta a descer 2,5 milhões de euros, registando uma quebra de 6,39 %.

1.9 - AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

Gráfico nº 22 - Aquisição de Bens de Capital



A aquisição de bens de capital (vide gráfico supra) tem mostrado os seguintes ciclos de evolução:

- Um primeiro ciclo, de crescimento, de 2003 a 2005, ano que atingiu o valor máximo do período de análise;
- O segundo ciclo, de decréscimo (de 2005 a 2007), crescendo em 2008 (segundo montante máximo do período);

- Terceiro ciclo, de 2008 a 2011, de decréscimos sucessivos;
- Um quarto ciclo, em 2012 com um crescimento de 8,2 milhões de euros e 6,29 % de variação e para 2013 novo crescimento de 1,3 milhões de euros (0,93 %);
- Em 2014 regista-se o valor mais baixo de todo o período de análise (2003 a 2014), com uma perda de 55,9 milhões de euros, representando uma quebra de 39,91 % em relação a 2013. Como nota, saliente-se que o valor apresentado em 2005 é 2,3 vezes o registado em 2014.

O quadro nº 12 mostra-nos a evolução da composição da aquisição de bens de capital de 2010 a 2014.

**Quadro nº 12 - Composição da Aquisição de Bens de Capital - despesa paga
Região Alentejo**

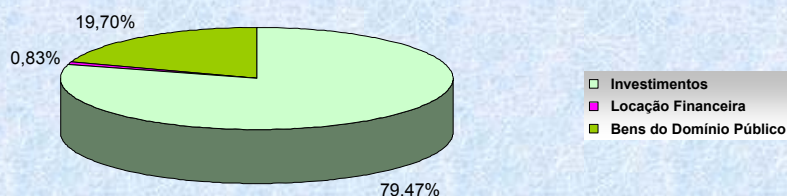
		Total da Aquisição de Bens de Capital	%	Investimentos	%	Locação Financeira	%	Bens do Domínio Público	%
2010	€	148.848.971,46	100,00	113.740.607,73	76,41	1.770.754,68	1,19	33.337.609,05	22,40
2011	€	130.740.292,38	100,00	95.626.307,10	73,14	1.385.980,67	1,06	33.728.004,61	25,80
Var %		-12,17		-15,93		-21,73		1,17	
2012	€	138.962.300,06	100,00	107.840.612,42	77,60	1.255.423,58	0,90	29.866.264,06	21,49
Var %		6,29		12,77		-9,42		-11,45	
2013	€	140.249.623,04	100,00	116.241.504,68	82,88	883.923,14	0,63	23.124.195,22	16,49
Var %		0,93		7,79		-29,59		-22,57	
2014	€	84.274.670,76	100,00	66.972.657,28	79,47	696.801,11	0,83	16.605.212,37	19,70
Var %		-39,91		-42,38		-21,17		-28,19	

Fonte: Prestações de Contas dos 47 municípios referentes a 2010 e 2014
DJASAL/DFLM

No que toca às grandes componentes da aquisição de bens de capital (ver quadro nº 12 e gráfico nº 23), o mais significativo é o investimento, com quotas de 76,41 % em 2010, 73,14 % em 2011, 77,60 % em 2012, 82,88 % em 2013 e 79,47 % em 2014, seguido dos bens de domínio público com quotas de participação que rondam entre os 16 a 26 %.

De notar que a acompanhar a quebra do montante global da aquisição de bens de capital, todas as suas componentes registam em 2014 decréscimos, sendo o mais significativo na componente investimentos.

Gráfico nº 23 - Composição da Aquisição de Bens de Capital - 2014

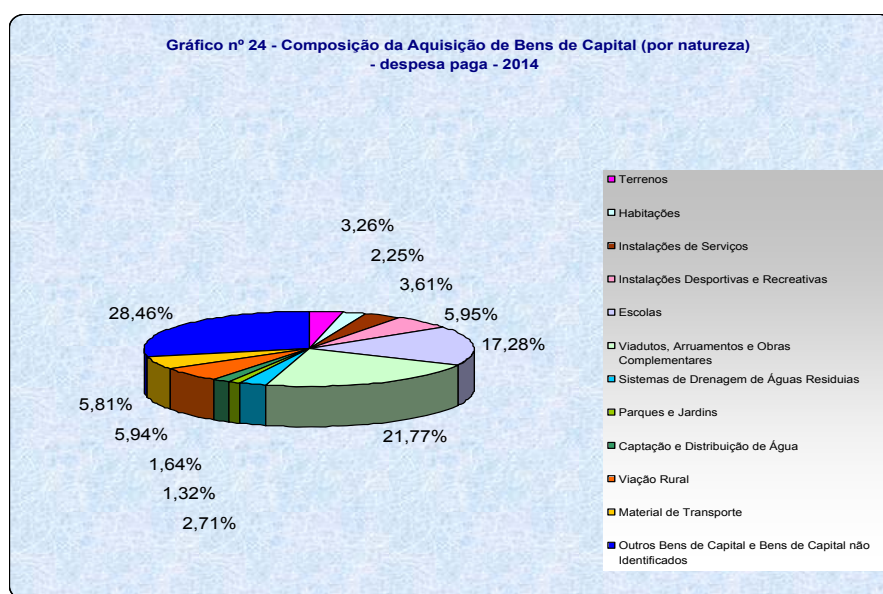


O quadro nº 13 e o gráfico nº 24 mostra-nos a análise da composição da aquisição de bens de capital por natureza, evidenciando-se alguma tipificações.

Quadro nº 13 - Composição da Aquisição de Bens de Capital (por natureza) - despesa paga
Região Alentejo

	2010		2011		Var %	2012		Var %	2013		Var %	2014		Var %
	€	%	€	%		€	%		€	%		€	%	
Total da Aquisição de Bens de Capital	148.848.971,46	100,00	130.740.292,38	100,00	-12,17	138.962.300,06	100,00	6,29	140.249.623,04	100,00	0,93	84.274.670,76	100,00	-39,91
Terrenos	2.962.120,20	1,99	2.963.798,50	2,27	0,06	3.621.564,35	2,61	22,19	2.084.704,87	1,49	-42,44	2.748.274,32	3,26	31,83
Habitacões	1.895.280,55	1,27	2.049.748,07	1,57	8,15	2.378.348,98	1,71	16,03	3.157.104,88	2,25	32,74	1.894.967,78	2,25	-39,98
Instalações de Serviços	6.756.293,15	4,54	4.423.909,05	3,38	-34,52	6.872.644,25	4,95	55,35	3.546.190,07	2,53	-48,40	3.039.734,06	3,61	-14,28
Instalações Desportivas e Recreativas	12.805.046,08	8,60	9.620.263,78	7,36	-24,87	10.077.484,49	7,25	4,75	14.440.993,75	10,30	43,30	5.014.753,58	5,95	-65,27
Escolas	20.930.483,21	14,06	18.043.394,73	13,80	-13,79	13.911.849,19	10,01	-22,90	18.102.132,88	12,91	30,12	14.565.441,03	17,28	-19,54
Viadutos, Arruamentos e Obras	32.628.484,67	21,92	27.263.211,34	20,85	-16,44	30.484.797,17	21,94	11,82	29.029.965,38	20,70	-4,77	18.347.821,08	21,77	-36,80
Sistemas de Drenagem de Águas	2.126.418,23	1,43	3.727.800,07	2,85	75,31	3.128.719,85	2,25	-16,07	2.452.292,17	1,75	-21,62	2.282.562,99	2,71	-6,92
Parques e Jardins	2.024.911,36	1,36	5.832.627,95	4,46	188,04	4.401.127,19	3,17	-24,54	3.089.998,26	2,20	-29,79	1.110.047,21	1,32	-64,08
Captação e Distribuição de Água	3.398.400,39	2,28	3.284.076,14	2,51	-3,36	3.849.948,30	2,77	17,23	2.504.007,47	1,79	-34,96	1.383.970,88	1,64	-44,73
Viação Rural	10.901.957,39	7,32	10.635.026,43	8,13	-2,45	6.422.837,80	4,62	-39,61	7.179.731,63	5,12	11,78	5.005.966,67	5,94	-30,28
Material de Transporte	3.499.665,13	2,35	4.166.174,86	3,19	19,04	3.432.515,60	2,47	-17,61	3.474.163,83	2,48	1,21	4.892.597,17	5,81	40,83
Outros Bens de Capital e Bens de Capital não Identificados	48.919.911,10	32,87	38.730.261,46	29,62	-20,83	50.380.462,89	36,25	30,08	51.188.337,85	36,50	1,60	23.988.533,99	28,46	-53,14

Fonte: Prestações de Contas dos 47 municípios referentes a 2010 e 2014
DJASALDFLM



As duas tipificações mais importantes nos bens de capital dos municípios em 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 são as escolas e os viadutos, arruamentos e obras complementares, registando em 2013 mais um item com valor superior a 10 %, as instalações desportivas e recreativas.

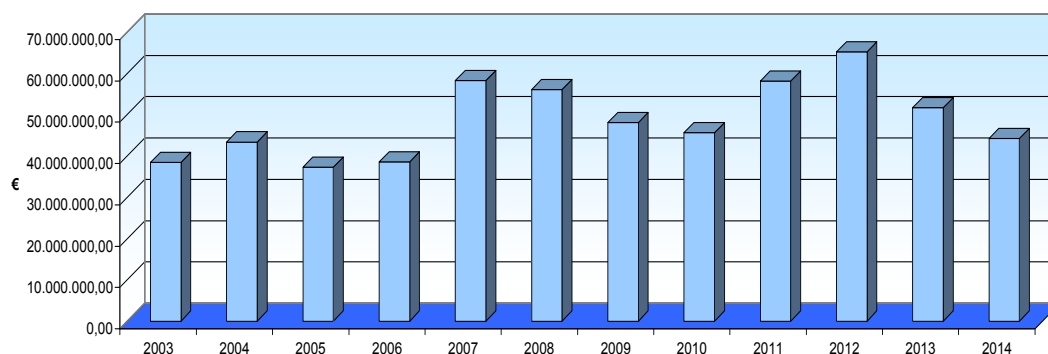
De 2013 para 2014 o maior acréscimo é o registado no material de transporte com 40,83 % e o mais importante decréscimo corresponde às instalações desportivas e recreativas com – 65,27 %.

I. 10 - SALDOS

O gráfico nº 25 apresenta-nos a evolução dos saldos de operações orçamentais, em termos de caixa, que consiste no saldo inicial do exercício mais os recebimentos do ano menos os pagamentos do mesmo ano, de verbas próprias da autarquia.

Se analisarmos o período temporal estabelecido, nomeadamente de 2007 para 2014, reparamos que existem três ciclos de evolução, um entre 2007 e 2010 de decréscimos contínuos, outro ciclo, de 2010 a 2012 caracterizado por acréscimos firmes e um terceiro de novamente decréscimo para 2014. Como se referiu, de 2013 para 2014 regista-se uma diminuição da poupança orçamental, no montante de 7,4 milhões de euros (-14,45 %).

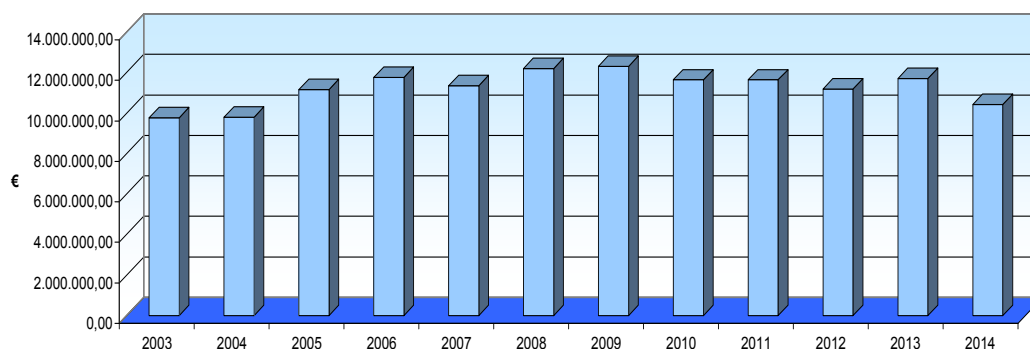
Gráfico nº 25 - Saldo Final de Operações Orçamentais



	31-12-2003	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014
Região Alentejo	38.452.947,21	43.357.537,91	37.205.284,90	38.585.072,27	58.181.493,93	56.006.086,58	48.033.872,18	45.648.257,31	58.123.832,48	65.180.418,88	51.623.160,76	44.161.415,60

No que toca à relação entre saldo inicial, recebimentos e pagamentos de operações de tesouraria (gráfico nº 26), verbas consignadas a terceiras entidades, o mesmo apresenta, em 2014, um saldo positivo de 10,4 milhões de euros, registando-se uma descida de 2013 para 2014 de 1,2 milhões de euros, ou seja, um decréscimo de 11,08 %.

Gráfico nº 26 - Saldo Final de Operações de Tesouraria

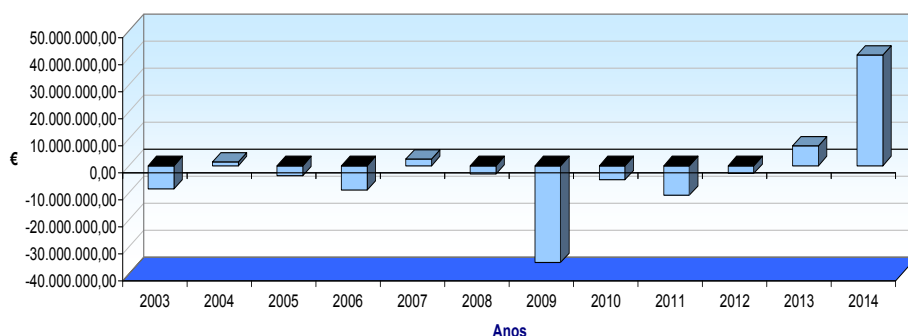


	31-12-2003	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014
Região Alentejo	9.773.768,63	9.795.966,13	11.167.221,34	11.758.745,12	11.359.352,11	12.210.059,37	12.298.304,95	11.640.406,38	11.642.158,12	11.193.901,77	11.716.706,79	10.418.534,50

Se relacionarmos os recebimentos e os pagamentos do exercício, ao nível da conta corrente (gráfico nº 27), a Região, em termos das suas administrações municipais, apresenta no período de análise (2003/2014) oito exercícios com saldos negativos, especialmente no ano de 2009 com um deficit de 35,7 milhões de euros. Se compararmos 2013 com 2014, anos que tiverem saldos correntes positivos, atingindo neste último ano os 40,9 milhões de euros, ou seja, um crescimento de 459,87 %.

Para esta situação deficitária (oito exercícios em doze), mesmo que nos últimos dois anos se tenham registado saldos positivos, estrutural e relativamente prolongada no tempo, ainda continuam a concorrer várias causas, entre elas, o peso marcante das despesas correntes, o perfil debilitante das receitas próprias correntes arrecadadas, e também, por via do enviesamento contabilístico motivado pelo actual sistema de contas, na contabilização de componentes de despesa do investimento (conta de capital), com registo obrigatório em contas correntes, como é o caso, por exemplo, das aquisições de bens e serviços, se tomarmos em consideração as obras por administração direta.

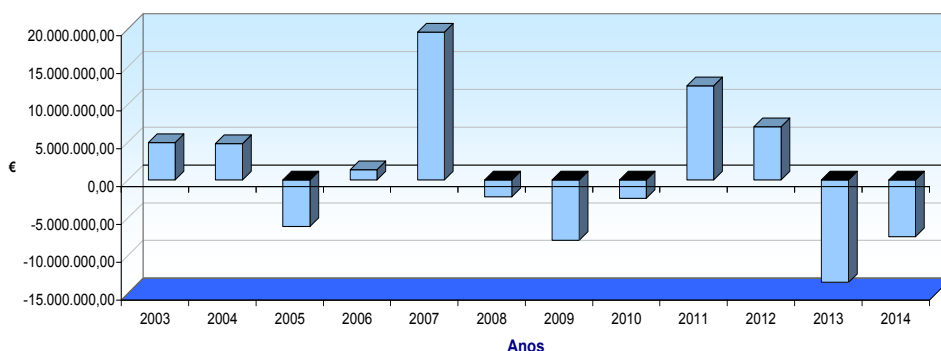
Gráfico nº 27 - Saldo Corrente (receita corrente-despesa corrente)



	31-12-2003	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014
Saldo Corrente	-8.676.117,88	1.466.809,17	-3.715.521,18	-9.087.616,11	2.479.652,98	-3.126.220,26	-35.763.950,71	-5.201.035,01	-10.924.538,47	-2.865.516,87	7.313.120,26	40.943.806,61

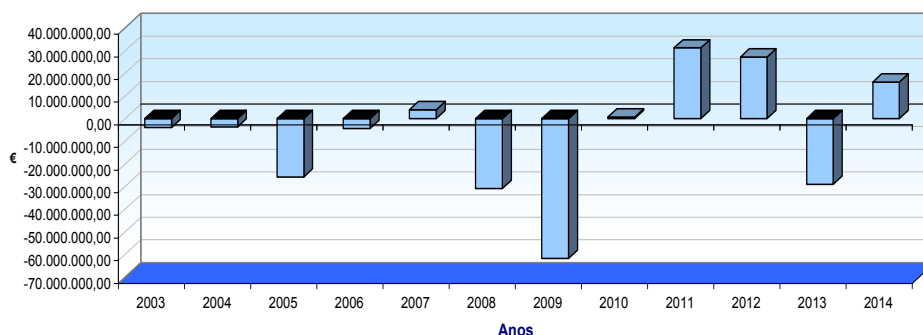
No que se refere à relação entre os recebimentos e os pagamentos do exercício (contas corrente e de capital) das operações orçamentais, registam-se, para o período em análise, seis exercícios com superavite. Se tomarmos atenção para o segmento temporal de 2007 a 2014, após o ano de 2007 com um saldo positivo de 19,6 milhões de euros, sucederam-se três anos de saldos negativos, o pior deles foi 2013 com um défice de 13,5 milhões de euros. No entanto, 2011 e 2012 apresentam saldos positivos. De 2013 para 2014 registou-se, embora no campo negativo, uma melhoria, passado de um saldo em 2013 de -13,5 milhões de euros para um saldo no ano seguinte de -7,4 milhões de euros.

Gráfico nº 28 - Saldo do Exercício (receita total-despesa total)



	31-12-2003	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014
Saldo do Exercício	4.964.233,25	4.832.156,29	-6.152.253,01	1.381.415,51	19.610.832,01	-2.176.407,35	-7.972.938,90	-2.384.890,38	12.475.575,17	7.056.675,15	-13.557.258,12	-7.481.270,47

Gráfico nº 29 - Saldo Efetivo (receita corrente + receita de capital - ativos e passivos financeiros) - (despesa corrente + despesa de capital - ativos passivos financeiros)

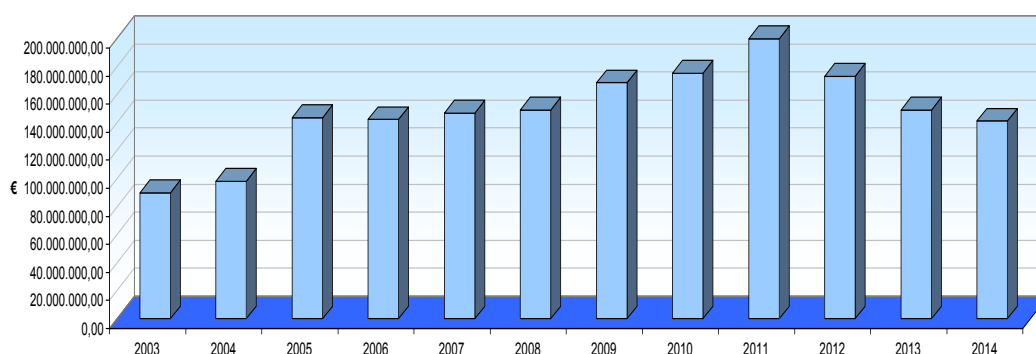


	31-12-2003	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014
Saldo Efetivo	-4.063.709,61	-3.656.955,47	-25.895.432,45	-4.326.878,84	3.948.652,42	-30.961.118,55	-61.862.410,08	633.079,11	31.185.915,46	27.086.141,68	-29.038.885,53	16.175.236,60

O gráfico nº 29 apresenta-nos a evolução temporal (2003/2014) do saldo efetivo. Este saldo é calculado tendo em conta as receitas (corrente e de capital) e as despesas (corrente e de capital), excluindo os respectivos ativos e passivos financeiros. A leitura do gráfico mostra-nos sete exercícios deficitários, em especial 2009 (-61,8 milhões de euros) e cinco exercícios positivos. O saldo efetivo teve um crescimento forte de 2010 para 2011, passando de 0,63 milhões de euros para 31,1 milhões, contudo, de 2011 para 2012 registou-se uma quebra, passando para ao 27,0 milhões de euros e, para 2013 o saldo passou para uma situação deficitária de -29 milhões de euros. No último ano da série registou-se uma forte melhoria, passando para um saldo positivo calculado em 16,1 milhões de euros.

I. 11 - ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

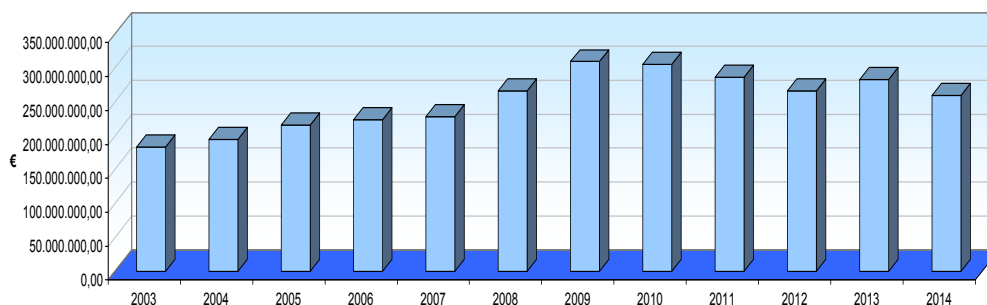
Gráfico nº 30 - Dívidas Assumidas e Não Pagas



	31-12-2003	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014
Região Alentejo	89.780.243,03	97.870.962,81	143.536.796,79	142.103.083,86	146.847.237,27	149.126.725,63	168.347.058,56	175.288.461,88	199.658.226,67	172.864.764,97	148.729.424,50	141.011.060,02

O gráfico nº 30 mostra-nos a evolução temporal das dívidas assumidas e não pagas (fornecedores, empreiteiros e outros terceiros), com crescimento contínuo desde o ano de 2006 até 2011, atingindo neste ano o montante mais elevado de todo o período, no valor de 199,6 milhões de euros. Contudo, de 2011 a 2014 este tipo de dívida teve uma evolução positiva com um decréscimo de 26,7 milhões de euros (-13,42 %) para 2012, uma diminuição de 24,1 milhões de euros (-13,96 %) para 2013 e uma quebra de 7,7 milhões de euros (-5,19 %).

Gráfico nº 31 - Capital em Dívida de Empréstimos de Médio e Longo Prazo



	31-12-2003	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014
Região Alentejo	182.711.342,77	193.802.115,13	215.042.085,69	223.306.179,34	227.175.496,55	265.280.638,67	308.603.044,37	304.748.458,54	285.699.145,29	265.333.254,18	282.623.954,15	258.660.502,49

A evolução do capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos está presente no gráfico nº 31 e mostra-nos dois ciclos evolutivos. O primeiro, caracterizado por crescimentos contínuos, percorre os anos de 2003 até 2009, o segundo, caracterizado por decréscimos, vai até 2012. De 2012 para 2013 regista-se um aumento do capital em dívida calculado em 17,3 milhões de euros (6,52 %), no entanto, de 2013 para 2014 apresentou-se novamente uma quebra neste tipo de dívida, calculada em 23,9 milhões de euros (- 8,48 %).

**Quadro nº 14 - Cobertura da Dívida Assumida e Não Paga (Fornecedores, Empreiteiros e outros) pelo Saldo Final de Caixa de Operações Orçamentais
Região Alentejo**

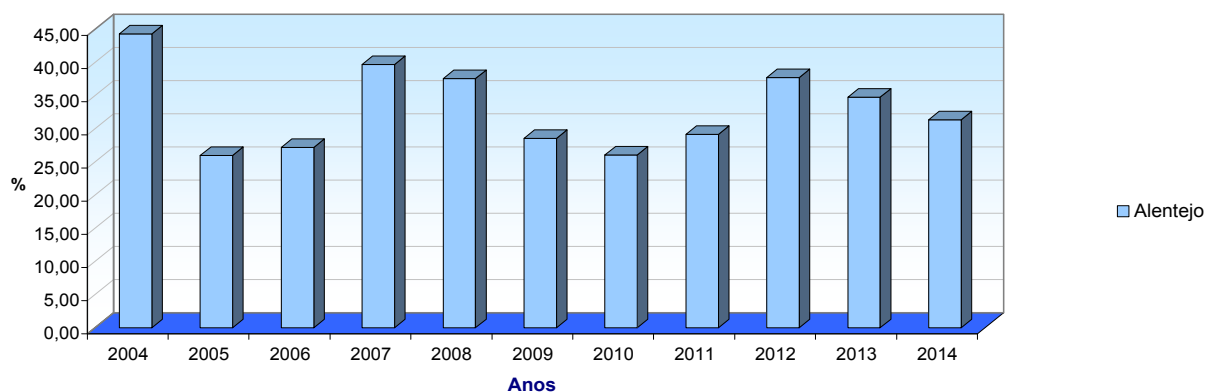
	Saldo Final Operações Orçamentais (A) (€)	Dívidas Assumidas e Não Pagas (B) (€)	(A/B)x100 (%)
2004	43.357.537,91	97.870.962,81	44,30
2005	37.205.284,90	143.536.796,79	25,92
2006	38.585.072,27	142.103.083,86	27,15
2007	58.181.493,93	146.847.237,27	39,62
2008	56.006.086,58	149.126.725,63	37,56
2009	48.033.872,18	168.347.058,56	28,53
2010	45.648.257,31	175.288.461,88	26,04
2011	58.123.832,48	199.658.226,67	29,11
2012	65.180.418,88	172.864.764,97	37,71
2013	51.623.160,76	148.729.424,50	34,71
2014	44.161.415,60	141.011.060,02	31,32

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2004 a 2014
DSAJAL / DFLM

Tendo em consideração a dívida assumida e não paga (fornecedores, empreiteiros e outros terceiros, com excepção da dívida creditícia), procurou-se saber o grau de cobertura desta dívida por parte do saldo final de operações orçamentais.

Assistiu-se (vide gráfico nº 32), assim, após um período de degradação deste indicador, entre 2007 e 2010, a uma recuperação em 2011 e em especial em 2012, passando este indicador de 26,04 % (2010) para 29,11 % (2011) e 37,71 % (2012). No entanto, tanto em 2013 como em 2014, a taxa de cobertura volta a cair para os 34,71 % em 2013 e 31,32 % no ano seguinte.

Gráfico nº 32 - Cobertura da Dívida Assumida e Não Paga (Fornecedores, Empreiteiros e Outros) pelo Saldo Final de Operações Orçamentais

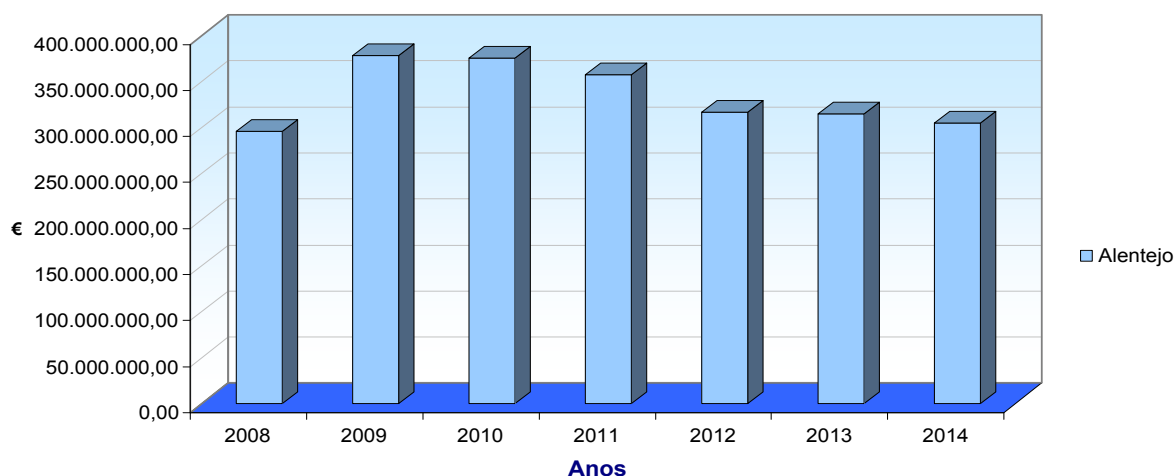


Quadro nº 15 - Endividamento Municipal (balanço)
Alentejo

Balanço	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazos	271.041.855,90	322.638.286,40	316.592.235,02	296.137.483,62	271.440.792,74	288.784.876,77	263.742.773,70
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	154.725.373,66	167.233.415,86	172.581.918,13	198.569.413,07	176.953.210,27	143.433.478,40	144.895.089,22
Dívidas de Terceiros a Médio e Longo Prazos	4.067.820,61	4.027.862,60	4.048.682,89	3.892.548,57	0,00	2.306.779,23	2.647.716,60
Dívidas de Terceiros a Curto Prazo	56.629.680,60	46.561.343,34	51.465.987,20	63.424.584,94	55.146.854,65	51.656.962,12	46.441.677,18
Títulos Negociáveis	12.621.894,61	9.304.311,63	10.505.318,80	13.450.000,00	13.031.914,81	5.650.000,00	2.170.000,00
Depósitos em Bancos e Caixa	56.413.237,38	51.876.354,80	47.518.068,93	56.337.054,21	63.654.657,82	57.721.694,82	52.597.119,83
Endividamento (montante líquido)	296.034.596,36	378.101.829,89	375.636.095,33	357.602.708,97	316.560.575,73	314.882.919,00	304.781.349,31

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2014
DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 33 - Endividamento Municipal (montante líquido) (balanço)



O quadro nº 15 e o gráfico nº 33 explicita o endividamento municipal através das rubricas do balanço, denotando-se o significativo crescimento da dívida global líquida de 2008 para 2009, atingindo neste ano o seu máximo neste período (2008 a 2014), no montante de 378,1 milhões de euros. No entanto, de 2009 para 2014 tem-se vindo a observar a descompressão do endividamento, tendo de 2011 para 2012 registado um decréscimo de 41,0 milhões de euros (- 11,48 %), de 2012 para 2013 uma diminuição calculada em 1,7 milhões de euros (-0,53 %) e de 2013 a 2014 uma quebra de 10,1 milhões de euros (- 3,21 %).

Quadro nº 16 - Peso da Dívida a Fornecedores
Região Alentejo

	Dívida a Fornecedores (balanço) (ano n) (€) (1)	Receita Total (ano n-1) (€) (2)	(1) / (2) %
2011	177.819.002,18	617.604.254,55	28,79
2012	155.229.701,37	599.709.537,64	25,88
Var %	-12,70	-2,90	
2013	130.576.634,16	589.082.087,84	22,17
Var %	-15,88	-1,77	
2014	136.315.173,38	610.027.971,98	22,35
Var %	4,39	3,56	

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2011 e 2014
DSAJAL / DFLM

O quadro nº 16 apresenta o peso da dívida a fornecedores (contas do balanço) sobre o total da receita do ano anterior. Esta relação, para 2011, apresenta um peso de 28,79 %, tendo este indicador uma evolução positiva em 2012 e 2013, com os valores de 25,88 % e 22,17 % respetivamente. Em 2014, o indicador apresenta um ligeiríssimo crescimento, apresentando assim um agravamento mesmo que diminuto.

I. 12 - FATOR GERADOR DE DÍVIDA

Quadro nº 17 - Fator Gerador de Dívida

	Receita Liquidada Total (sem Saldo de Operações Orçamentais) (€) (1)	Despesa (compromissos) Assumida para o Exercício (€) (2)	Desiquilíbrio Gerador de Dívida (€) (3=1-2)
2011	621.292.953,26	707.516.486,98	-86.223.533,72
2012	594.489.851,21	568.060.947,41	26.428.903,80
Var%	-4,31	-19,71	-130,65
2013	624.469.684,40	585.062.641,40	39.407.043,00
Var%	5,04	2,99	49,11
2014	558.872.371,65	530.156.246,05	28.716.125,60
Var%	-10,50	-9,38	-27,13

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2011 e 2014
DSAJAL / DFLM

O quadro nº 17 mostra-nos o desequilíbrio entre a receita liquidada, num determinado exercício, e os compromissos assumidos para esse exercício, quer os emergentes contratualmente nesse ano, quer os compromissos assumidos contratualmente em anos anteriores, na forma de compromissos plurianuais, estando programados e à carga orçamental desse mesmo exercício. Para o cálculo destes compromissos assumidos não se teve em consideração o saldo constituído pelos compromissos assumidos em anos anteriores e que não foram pagos nesses anos. Como base informacional para esta análise cingiu-se à informação constante do controlo orçamental da receita e da despesa.

Assim, para 2011, observou-se um desequilíbrio bruto de 86,2 milhões de euros e, contando com a poupança de operações orçamentais de 2010, saldou-se num desequilíbrio líquido de 40,5 milhões de euros.

Em 2012, a situação teve uma evolução altamente positiva, passando para uma situação de folga da ordem dos 26,4 milhões de euros, ou seja, resultante do encontro de uma receita liquidada de 594,4 milhões de euros e compromissos assumidos para o exercício de 568,0 milhões de euros. Refira-se que, embora estas duas variáveis tivessem uma evolução negativa, a quebra dos compromissos assumidos foi quase cinco vezes superior à da receita liquidada. Esta situação de folga, em 2012, foi mais ampliada com a introdução do saldo de operações orçamentais.

Para 2013, o desequilíbrio foi mais positivo ainda, registando-se um diferencial de 39,4 milhões de euros consubstanciado num excesso de receita liquidada em relação aos compromissos assumidos, derivado dum maior crescimento da primeira em relação à segunda. Este desequilíbrio foi reforçado pelo saldo orçamental, passando para os 104,6 milhões de euros.

Em 2014, a folga orçamental líquida já foi menor, passando para os 28,7 milhões de euros, derivado duma quebra maior na receita liquidada (-10,50 %) do que na despesa com os compromissos assumidos (-9,38 %). Assim, a folga neste ano foi de 28,7 milhões de euros (sem saldo inicial de operações orçamentais) e de 80,3 milhões de euros (contando com o saldo inicial de operações orçamentais).

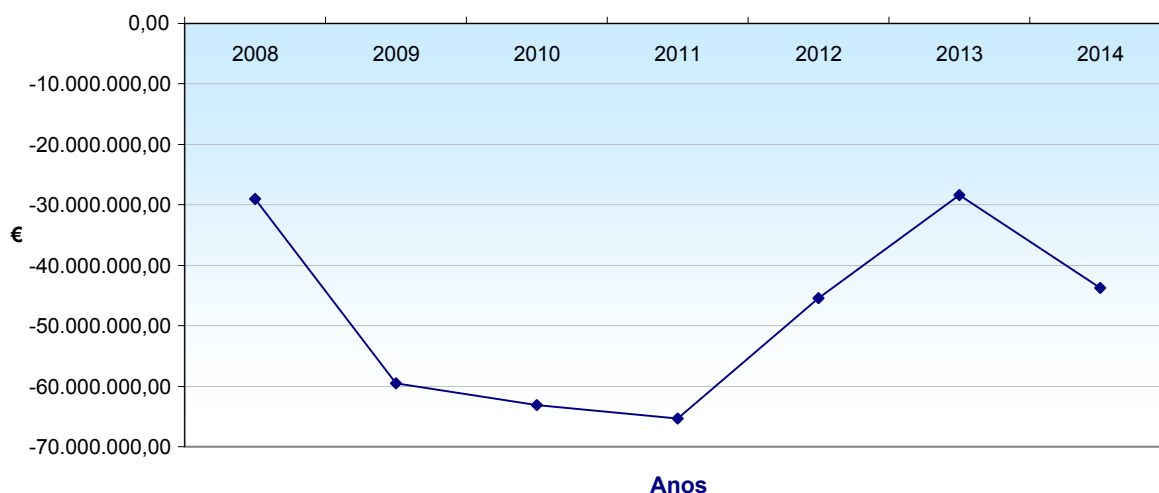
I. 13 - LIQUIDEZ GERAL

Quadro nº 18 - Liquidez Geral (balanço)
Região Alentejo

	(Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa + Títulos Negociáveis + Dívidas a Receber de Curto Prazo) - Dívidas a Pagar de Curto Prazo (€)	Var %
2008	-29.060.561,07	
2009	-59.491.406,09	104,72
2010	-63.092.543,20	6,05
2011	-65.357.773,92	3,59
2012	-45.419.782,99	-30,51
2013	-28.404.823,46	-37,46
2014	-43.686.292,21	53,80

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2014
 DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 34 - Liquidez Geral



Ao observarmos o quadro nº 18 e o respetivo gráfico nº 34, pretende-se analisar a evolução regional da liquidez geral, que consiste na relação, em termos de itens do balanço, entre o conjunto de depósitos em bancos e caixa, títulos negociáveis e dívidas a receber de curto prazo e o conjunto das dívidas a pagar de curto prazo.

Esta liquidez geral tem tido uma evolução negativa no período de 2008 a 2011, apresentando um afundamento significativo de 2008 para 2009, na ordem dos 30,4 milhões de euros (104,72 %). De 2009 para 2011 o agravamento tem continuado, mas com menor expressão, registando de 2010 a 2011 um decréscimo de 3,59 %. Em 2012 e 2013, no entanto, regista-se uma evolução positiva, com o recuo constante do deficit de liquidez geral calculada em 19,93 milhões de euros, ou seja uma variação de - 30,51 % em 2012 e uma diminuição de 17,0 milhões de euros (-37,46 %) em 2013. No entanto, em 2014 registou-se um agravamento do deficit, na ordem dos 53 %, fixando, a nível regional, em 43,6 milhões de euros.

I. 14 - BALANÇO

Quadro nº 19
Estrutura do Ativo Líquido (Balanço de 2014)
Região Alentejo

	2014	
	(€)	%
Imobilizado (Bens do Domínio Público)	1.107.581.988,09	39,89
Imobilizado Corpóreo, Incorpóreo e Investimentos Financeiros	1.530.006.342,79	55,11
Dívida de Terceiros (Curto Prazo)	46.441.677,18	1,67
Depósito em Bancos e Caixa	52.597.119,83	1,89
Outros	39.850.305,13	1,44
TOTAL DO ATIVO LÍQUIDO	2.776.477.433,02	100,00

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2014
 DSAJAL / DFLM

Estrutura dos Fundos Próprios e do Passivo (Balanço de 2014)

	2014		
	(€)	%	%
FUNDOS PRÓPRIOS (Total)	1.707.559.456,54		61,50
Provisão para Riscos e Encargos	25.311.908,01	2,37	0,91
Dívidas a Terceiros (Médio e Longo Prazos)	263.742.773,70	24,67	9,50
Dívidas a Terceiros (Curto Prazo)	144.895.089,22	13,56	5,22
Acréscimos e Diferimentos	634.968.205,55	59,40	22,87
PASSIVO (Total)	1.068.917.976,48	100,00	38,50
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	2.776.477.433,02		100,00

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2014
 DSAJAL / DFLM

Do quadro nº 19, que consiste na apresentação, para 2014, da estrutura do ativo líquido e dos fundos próprios e passivo, é possível observar o seguinte:

- No ativo líquido a componente principal (maioritária) continua a caber ao imobilizado corpóreo, incorpóreo e investimentos financeiros com um peso de 55,11 %, seguido do imobilizado relativo a bens de domínio público. O peso de relevo desta última rubrica está relacionado com a natureza do objeto público da instituição municipal;
- O peso dos fundos próprios (património) é de 61,50 %, cabendo ao passivo os restantes 38,50 %;
- Na composição do passivo ressalta a importância dos acréscimos e diferimentos com um peso superior a metade do total do passivo (59,40 %), seguido das dívidas a terceiros com 38,23 %;
- No que toca à estrutura da dívida a terceiros, 24,67 % do total do passivo cabe a operações de médio e longo prazos, cabendo as dívidas de curto prazo o peso de 13,56 %.

Quadro nº 20-A
Evolução da Estrutura do Ativo Líquido (Balanços de 2008 a 2014)
Região Alentejo

		Imobilizado (Bens do Domínio Público)	Imobilizado Corpóreo, Incorpóreo e Investimentos Financeiros	Dívida de Terceiros (Curto Prazo)	Depósito em Bancos e Caixa	Outros	TOTAL DO ATIVO LÍQUIDO
2008	€	1.297.328.933,44	1.277.340.891,98	56.629.680,60	56.413.237,38	49.279.842,03	2.736.992.585,43
2009	€	1.334.409.473,13	1.350.136.666,36	46.561.343,34	51.876.354,80	49.600.771,92	2.832.584.609,55
Var %		2,86	5,70	-17,78	-8,04	0,65	3,49
2010	€	1.308.553.928,91	1.423.478.927,62	51.465.987,20	47.518.068,93	49.344.175,55	2.880.361.088,21
Var %		-1,94	5,43	10,53	-8,40	-0,52	1,69
2011	€	1.303.288.025,22	1.454.752.540,58	63.424.584,94	56.337.054,21	55.674.006,11	2.933.476.211,06
Var %		-0,40	2,20	23,24	18,56	12,83	1,84
2012	€	1.168.339.633,03	1.454.179.541,44	55.146.854,65	63.354.657,82	52.390.648,65	2.793.411.335,59
Var %		-10,35	-0,04	-13,05	12,46	-5,90	-4,77
2013	€	1.166.888.352,70	1.500.825.316,34	51.656.962,12	57.721.694,82	46.937.067,65	2.824.029.393,63
Var %		-0,12	3,21	-6,33	-8,89	-10,41	1,10
2014	€	1.107.581.988,09	1.530.006.342,79	46.441.677,18	52.597.119,83	39.850.305,13	2.776.477.433,02
Var %		-5,08	1,94	-10,10	-8,88	-15,10	-1,68

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2014

DSAJAL / DFLM

O quadro supra descreve a evolução da estrutura do ativo líquido para o período de 2008 a 2014 que se passa a sintetizar:

- Acréscimos consecutivos anuais do ativo líquido (2008 a 2011), com maior expressão de 2008 para 2009 (3,49 %) e uma quebra, com significado em 2012 de 4,77 %, registando uma recuperação para 2013 de 1,10 % e uma quebra em 2014 de 1,68 %;
- No imobilizado de bens do domínio público registam-se decréscimos consecutivos, de amplitude variada, entre 2009 a 2014, entre os 10,35 % e os 0,12 %;
- Crescimentos no imobilizado corpóreo, incorpóreo e investimentos financeiros, com exceção do exercício de 2012 com (-0,04 %);
- A dívida de terceiros (de curto prazo) registou acréscimos de 2009 até 2011, com exceção da quebra registada entre 2008 e 2009, e decréscimos de 2011 a 2014 perdendo, neste período, 17,0 milhões de euros;
- Acréscimo no montante de depósitos em bancos e caixa entre 2010 e 2011 (18,56 %) e de 12,46 % em 2012 em contraponto com as quebras registadas nos anos anteriores, voltando a apresentar decréscimos em 2013 de (-8,89 %) e 2014 (-8,88 %).

Quadro nº 20-B
Evolução da Estrutura dos Fundos Próprios e do Passivo (Balanços de 2008 a 2014)
Região Alentejo

		Fundos Próprios (Total)	Provisão para Riscos e Encargos	Dívidas a Terceiros (Médio e Longo Prazos)	Dívidas a Terceiros (Curto Prazo)	Acréscimos e Diferimentos	Passivo (Total)	Total dos Fundos Próprios e do Passivo
2008	€	1.878.619.136,83	4.075.101,60	271.041.855,81	154.725.373,66	428.531.117,53	858.373.448,60	2.736.992.585,43
2009	€	1.882.172.661,32	6.353.390,42	322.638.286,40	167.233.415,86	454.186.855,55	950.411.948,23	2.832.584.609,55
Var %		0,19	55,91	19,04	8,08	5,99	10,72	3,49
2010	€	1.892.305.673,23	12.498.396,90	316.592.235,02	172.581.918,13	486.382.864,93	988.055.414,98	2.880.361.088,21
Var %		0,54	96,72	-1,87	3,20	7,09	3,96	1,69
2011	€	1.886.125.027,82	9.677.121,15	296.137.483,62	198.569.413,07	542.967.165,40	1.047.351.183,24	2.933.476.211,06
Var %		-0,33	-22,57	-6,46	15,06	11,63	6,00	1,84
2012	€	1.746.558.610,56	10.790.750,03	271.440.792,74	176.953.210,27	587.667.971,94	1.046.852.724,98	2.793.411.335,54
Var %		-7,40	11,51	-8,34	-10,89	8,23	-0,05	-4,77
2013	€	1.749.690.197,25	22.440.803,04	288.784.876,77	143.433.480,40	619.680.036,17	1.074.339.196,38	2.824.029.393,63
Var %		0,18	107,96	6,39	-18,94	5,45	2,63	1,10
2014	€	1.707.559.456,54	25.311.908,01	263.742.773,70	144.895.089,22	634.968.205,55	1.068.917.976,48	2.776.477.433,02
Var %		-2,41	12,79	-8,67	1,02	2,47	-0,50	-1,68

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2014

DSAJAL / DFLM

O quadro nº 20-B mostra-nos a evolução da estrutura dos fundos próprios e do passivo no período em análise (2008/2014).

- Os fundos próprios registam, neste período, crescimentos muito baixos (menos de um ponto percentual e até decréscimos em três exercícios (2011, 2012 e 2014). O ano de 2014 apresentou uma quebra de 2,41 %;
- componente provisões para riscos e encargos tem registado crescimentos avultados, passando de um mínimo de 4 milhões de euros em 2008 para um máximo de 25,3 milhões de euros em 2014, ou seja, 6,19 % do total das dívidas a terceiros;
- As dívidas a terceiros de médio e longo prazos mostram acréscimos de 2008/2009 e 2012/2013, apresentando quebras nos outros exercícios. No período regista-se a maior quebra (-8,67 %) em 2013/2014 e a menor (-1,87 %) de 2009 a 2010;
- As dívidas de curto prazo apresentam crescimentos de 2008/2011 e quebras 2011/2013, registando-se de 2013/2014 um crescimento de 1,02 %;
- A componente com maior vulto na estrutura do passivo continua a ser a dos acréscimo e diferimentos, cuja parcela esmagadoramente maioritária pertence aos proveitos diferidos. Esta componente representa, em 2014, 59,40 % do total do passivo;
- O passivo tem registado crescimentos ao longo do período de análise, com exceção para 2012 e 2014 com quebras de 0,05 % e 0,50 % respetivamente.

Quadro nº 21
Passivo Corrigido
Região Alentejo

		Passivo (valor integral)	Proveitos Diferidos	Passivo Corrigido (excluindo os proveitos diferidos)
2008	€	858.373.448,60	405.769.079,00	452.604.369,60
2009	€	950.411.948,23	429.866.716,00	520.545.232,23
Var %		10,72	5,94	15,01
2010	€	988.055.414,98	460.905.403,00	527.150.011,98
Var %		3,96	7,22	1,27
2011	€	1.047.351.183,24	523.615.586,00	523.735.597,24
Var %		6,00	13,61	-0,65
2012	€	1.046.852.724,98	565.304.945,00	481.547.779,98
Var %		-0,05	7,96	-8,06
2013	€	1.074.339.196,38	585.213.414,67	489.125.781,71
Var %		2,63	3,52	1,57
2014	€	1.068.917.976,48	604.890.613,78	464.027.362,70
Var %		-0,50	3,36	-5,13

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2014
DSAJAL / DFLM

No que toca ao passivo, o quadro nº 21 descreve a sua evolução para o período de 2008/2014, não só no seu montante integral mas também na sua forma corrigida, entrando em linha de conta com os proveitos diferidos.

Tendo em consideração a natureza da conta de proveitos diferidos (os quais não são obrigações a pagar, mas sim receitas que devem ser reconhecidas como proveitos de exercícios futuros), corrigiu-se o valor do passivo global excluindo deste os referidos proveitos diferidos.

Assim, é possível observar o seguinte:

- No que toca aos proveitos diferidos, cuja componente esmagadora é relativa aos subsídios para investimento, os montante são, para o período em análise, bastante superiores a 400 milhões de euros, superiores mesmo aos 500 milhões de euros (2011/2013) e até superiores a 600 milhões em 2014, tendo crescimentos anuais para além dos 5 %, menos 2013 e 2014, ano este que apresentou um crescimento de 3,36 %;
- Após a correcção, o montante do passivo torna-se significativamente mais pequeno, tendo crescimentos de 2008 a 2010 e decréscimos nos anos seguintes, em especial de 2011 a 2012 e um crescimento de 1,57 % para 2013, voltando a decrescer em 2014 (-5,13 %).

I. 15 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Quadro nº 22-A - Demonstração de Resultados
Região Alentejo

	€							
	Custos e Perdas	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas + Fornecimentos e Serviços Externos + Remunerações + Encargos Sociais + Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais + Amortizações do Exercício + Provisões do Exercício + Outros Custos Operacionais (1)	Custos e Perdas Financeiras (2)	Custos Extraordinários (3)	Proveitos e Ganhos	Venda de Mercadorias + Venda de Produtos + Prestações de Serviços + Impostos e Taxas + Variação da Produção + Trabalhos para a Própria Entidade + Proveitos Suplementares + Transferências e Subsídios Obtidos + Outros Proveitos e Ganhos Operacionais (4)	Proveitos e Ganhos Financeiros (5)	Proveitos e Ganhos Extraordinários (6)
2008	551.650.507,21	501.600.562,74	17.842.228,83	32.207.715,64	542.663.723,66	491.839.896,72	15.007.660,98	35.816.165,96
2009	593.991.956,32	542.404.013,03	13.073.193,03	38.514.750,26	552.156.394,82	502.468.207,85	13.590.882,63	36.097.304,34
Var %	7,68	8,13	-26,73	19,58	1,75	2,16	-9,44	0,78
2010	579.336.785,89	537.169.178,14	9.846.501,87	32.321.105,88	562.182.831,73	511.373.286,48	13.391.059,56	37.418.485,69
Var %	-2,47	-0,97	-24,68	-16,08	1,82	1,77	-1,47	3,66
2011	554.464.521,98	515.181.493,76	10.692.811,13	28.590.217,09	538.748.775,37	483.753.349,35	16.689.926,22	38.305.499,80
Var %	-4,29	-4,09	8,60	-11,54	-4,17	-5,40	24,63	2,37
2012	540.534.346,77	501.363.238,82	10.759.679,25	28.411.428,70	526.814.011,80	466.518.545,81	15.366.550,24	44.928.915,75
Var %	-2,51	-2,68	0,63	-0,63	-2,22	-3,56	-7,93	17,29
2013	581.993.960,21	537.051.041,00	10.915.701,77	34.027.217,44	530.542.997,47	478.848.626,49	16.651.988,80	35.042.382,18
Var %	7,67	7,12	1,45	19,77	0,71	2,64	8,37	-22,00
2014	572.399.003,88	528.816.748,19	13.318.097,50	30.264.158,19	523.210.394,96	464.944.142,75	15.785.309,39	42.480.942,82
Var %	-1,65	-1,53	22,01	-11,06	-1,38	-2,90	-5,20	21,23

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2014
DSAJAL / DFLM

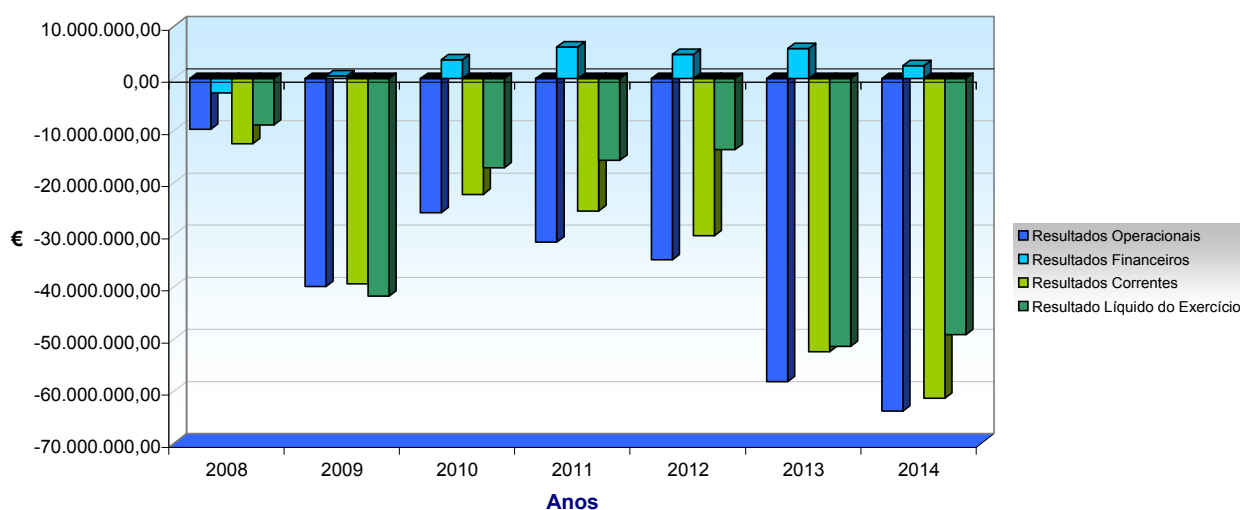
O quadro nº 22 – A apresenta-nos a evolução temporal das várias componentes da demonstração de resultados regional, podendo-se salientar os seguintes aspetos:

Quadro nº 22-B - Demonstração de Resultados
Região Alentejo

	€			
	Resultados			
	Resultados Operacionais A=(4)-(1)	Resultados Financeiros B=(5)-(2)	Resultados Correntes C=(4+5)-(1+2)	Resultado Líquido do Exercício D=(4+5+6)-(1+2+3)
2008	-9.760.666,02	-2.834.567,85	-12.595.233,87	-8.986.783,55
2009	-39.935.805,18	517.689,60	-39.418.115,58	-41.835.561,50
2010	-25.795.891,66	3.544.557,69	-22.251.333,97	-17.153.954,16
2011	-31.428.144,41	5.997.115,09	-25.431.029,32	-15.715.746,61
2012	-34.844.693,01	4.606.870,99	-30.237.822,02	-13.720.334,97
2013	-58.202.414,51	5.736.287,03	-52.466.127,48	-51.450.962,74
2014	-63.872.605,44	2.467.211,89	-61.405.393,55	-49.188.608,92

- Os totais dos custos e perdas, após um acréscimo de 2008 para 2009 de 7,68 %, apresenta quebras consecutivas de 2010 e 2012 de, respetivamente, 2,47 %, 4,12 % e 2,51 %, registando, por fim, um crescimento de 7,67 % em 2013 e, em 2014, voltando a registar um decréscimo de 1,65 %;
- O total dos proveitos e ganhos tiveram crescimentos de 2008 para 2010 de, respetivamente, 1,75 % e 1,82 %, apresentando quebras para 2011 de 4,17 %, para 2012 de 2,22 %, uma quase estagnação de 0,71 % em 2013 e uma quebra para 2014 de 1,38 %;
- Os custos e proveitos operacionais seguem a mesma tendência dos respetivos totais;

Gráfico nº 35 - Resultados



O quadro nº 22-B conjugado com o gráfico nº 35, no que toca aos resultados, podemos afirmar o seguinte:

- Os resultados operacionais (proveitos menos custos operacionais) tiveram para os anos de 2009 a 2014 défices avultados quando comparados com 2008. Registam-se de 2012 para 2014 um significativo agravamento dos défices, passando dos 34,8 milhões de euros (em 2012) para os 58,2 milhões de euros em 2013 e 63,8 milhões de euros em 2014, valores estes muito superiores aos registados em 2009;
- No que toca ao resultado líquido do exercício, proveniente da diferença entre os proveitos e os custos operacionais, financeiros e extraordinários, apresenta um significativo agravamento do seu défice de 2008 para 2009, registando-se um desagravamento contínuo e firme do défice de 2010 a 2012 e apresentando um agravamento significativo para 2013 e para 2014, ultrapassado também o valor registado em 2009.

I. 16 - INDICADORES DE GESTÃO (A NÍVEL REGIONAL)

Após a análise dos vários indicadores de gestão, de carácter regional, atrás apresentados, é possível respigar as seguintes observações, que se menconam de seguida, referentes ao ano de 2014 e tendo em consideração o exercício anterior de 2013:

Gráfico nº 36 - Impostos Diretos e Indiretos / Receita Total

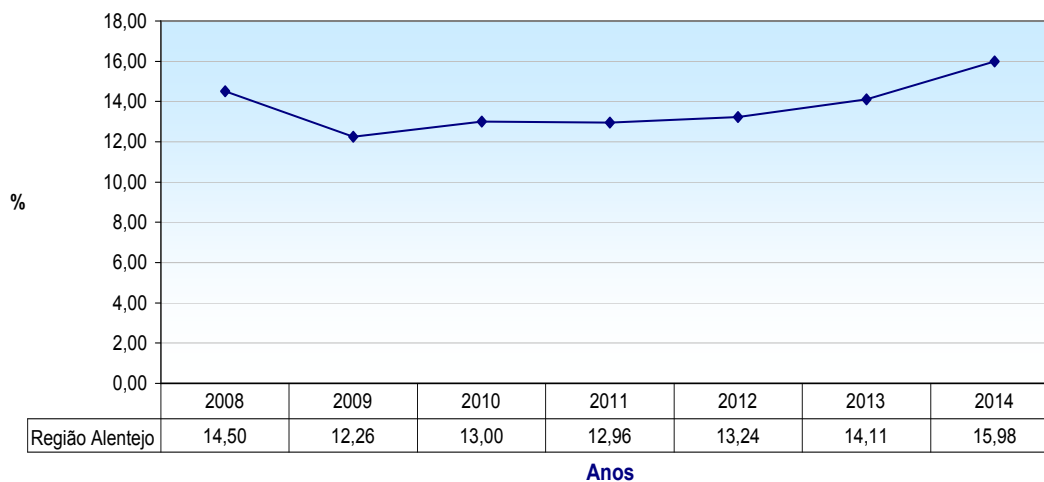


Gráfico nº 37 - Venda de Bens e Serviços / Receita Total

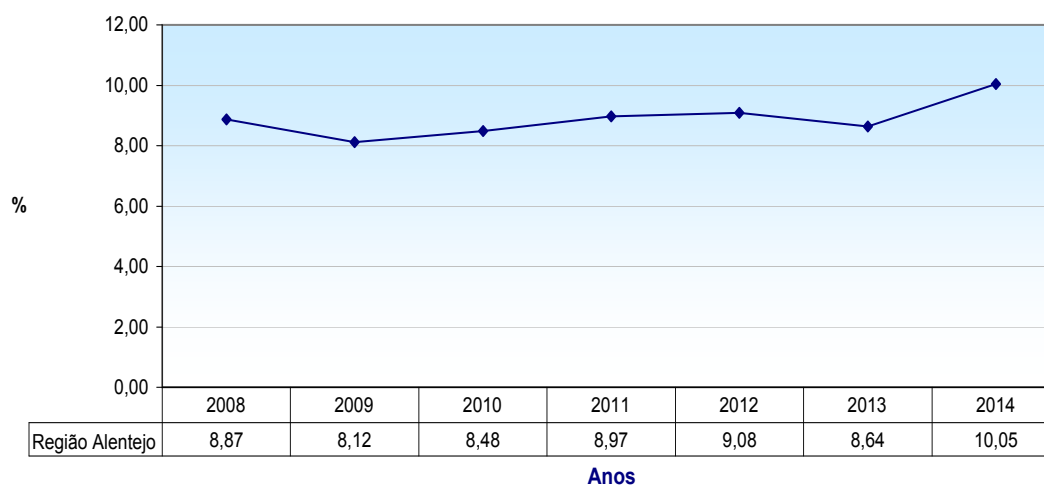


Gráfico nº 38 - Fundos Municipais (OE) (corrente e capital) / Receita Total

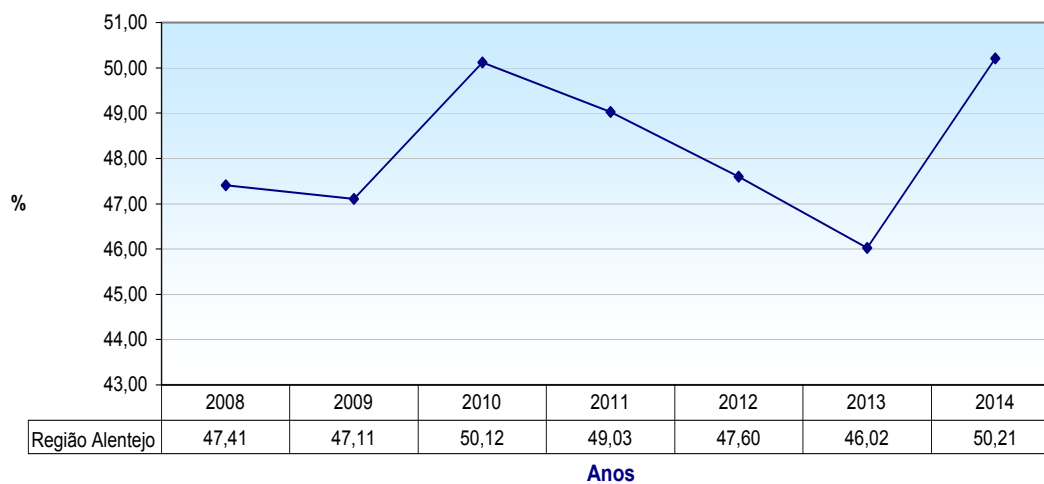


Gráfico nº 39 - Transferências de Fundos Comunitários (corrente e capital) / Receita Total

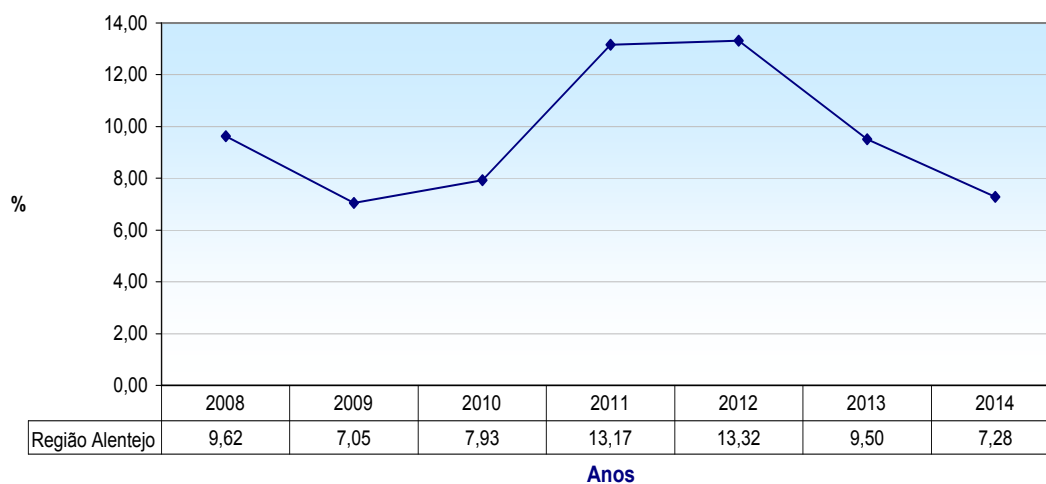


Gráfico nº 40 - Empréstimos / Receita Total

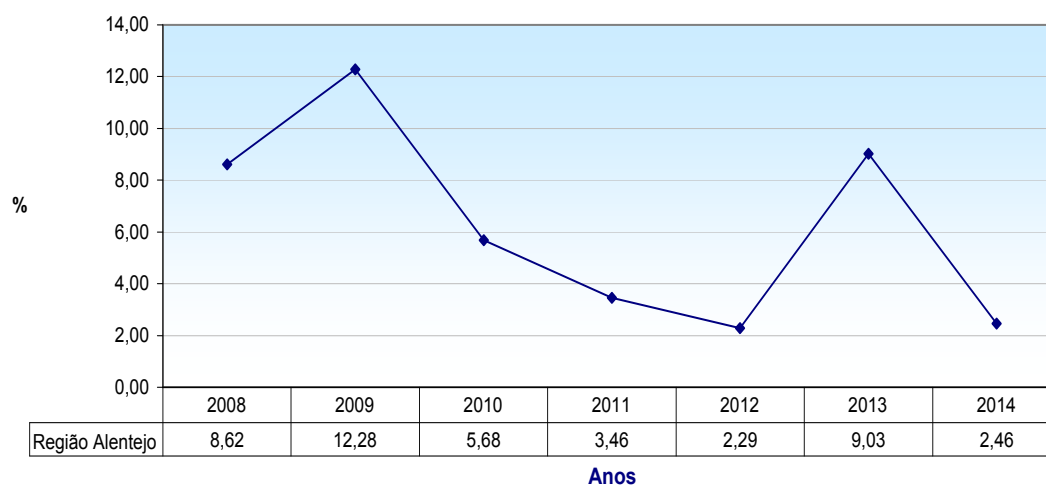


Gráfico nº 41 - Receita Própria (impostos diretos + indiretos + tmop + rend propried + venda bens serviços + outras receitas correntes e capital + venda bens investim + ativos financ) / Receita Total

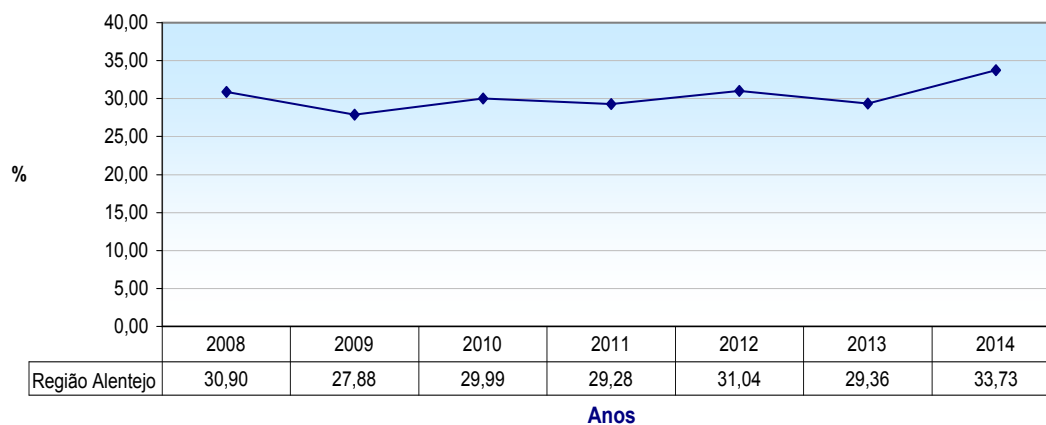


Gráfico nº 42 - Despesa com Pessoal / Despesa Total

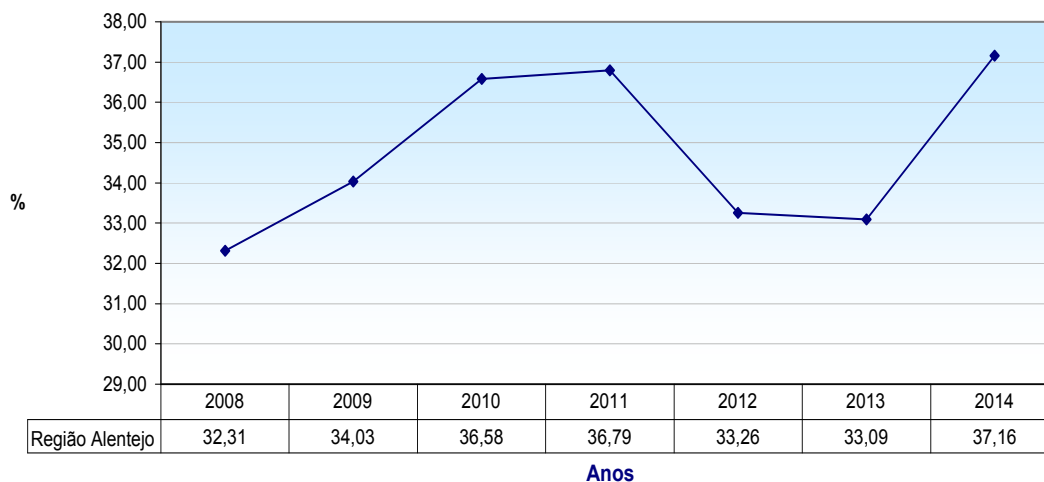


Gráfico nº 43 - Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Total

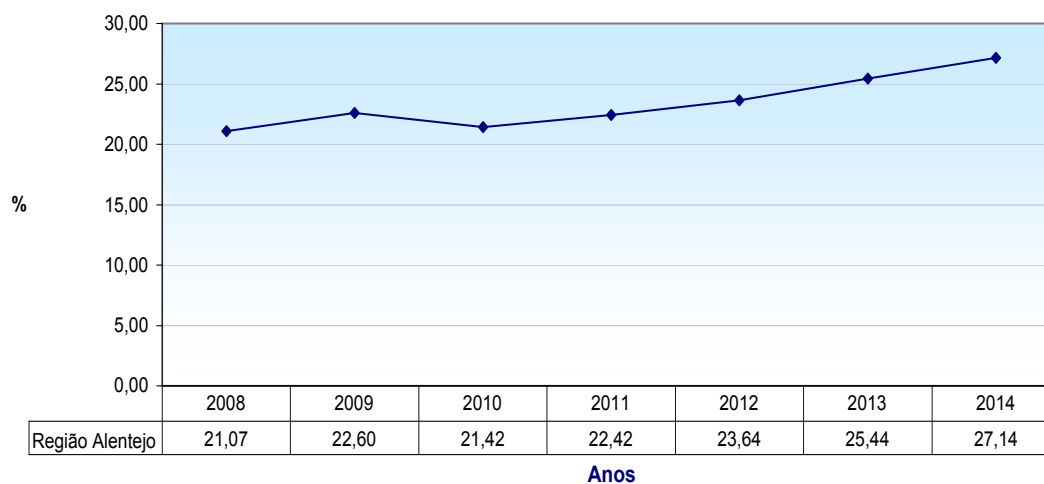


Gráfico nº 44 - (Juros + Amortizações) / Despesa Total

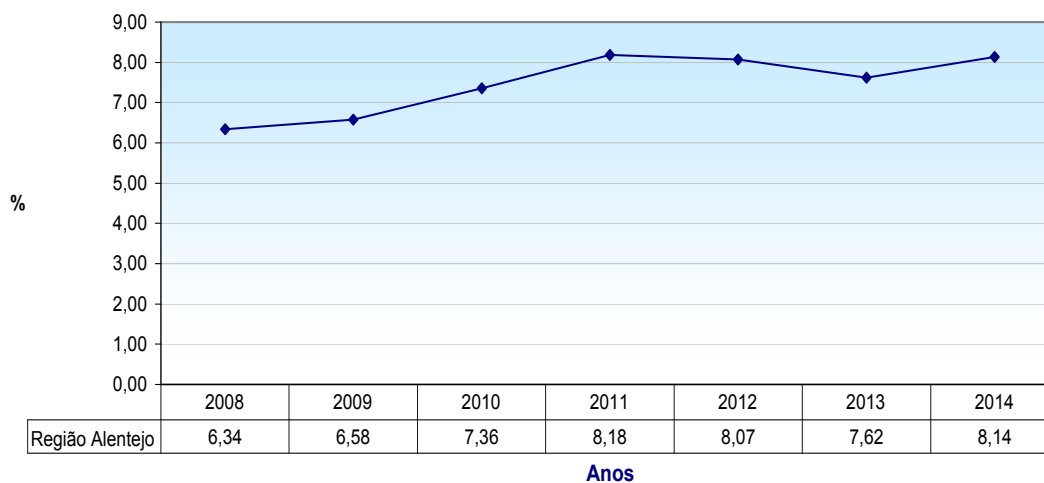


Gráfico nº 45 - Aquisição de Bens de Capital / Despesa Total

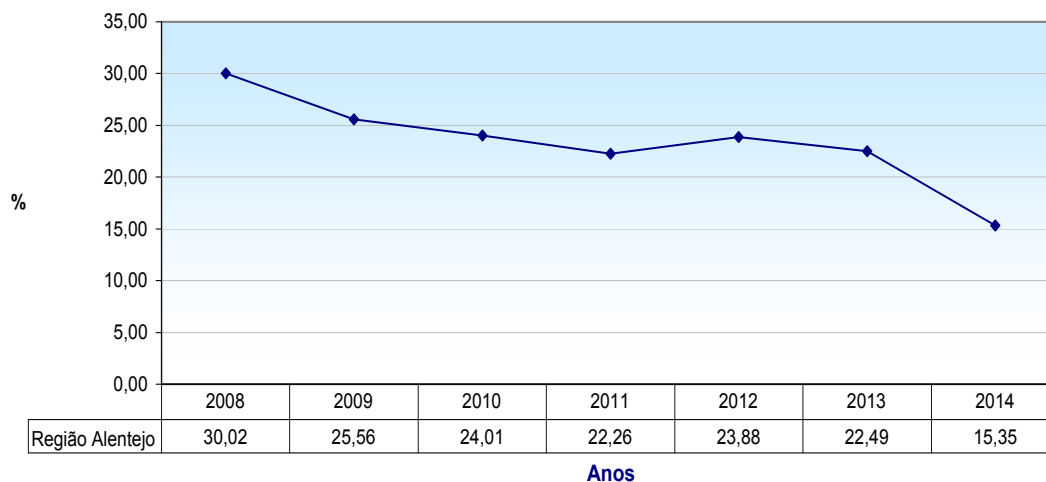


Gráfico nº 46 - (Receita Total-Empréstimos) / Despesa Total

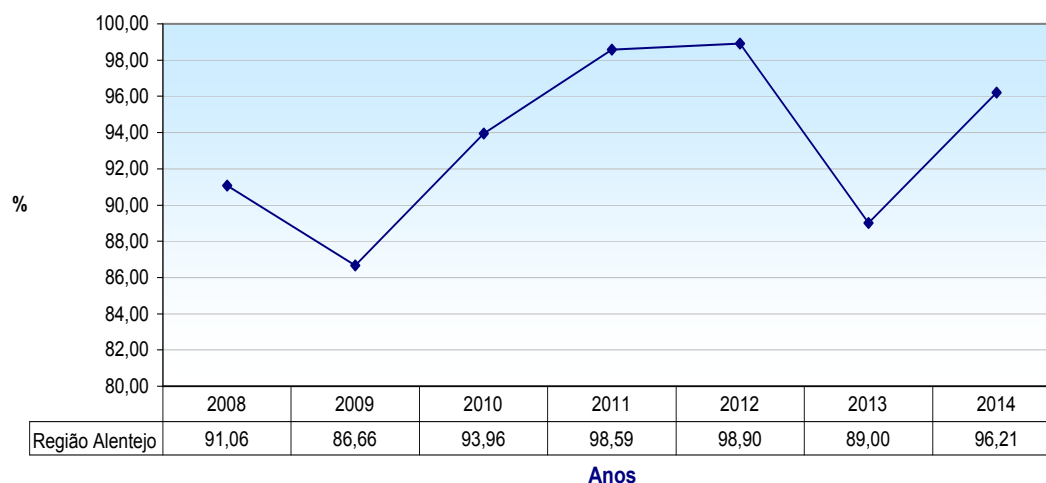


Gráfico nº 47 - Receita Própria (impostos diretos + indiretos + tmop + rend propried + venda bens serviços + outras receitas correntes e capital + venda bens investim + ativos financ) / Despesa Total

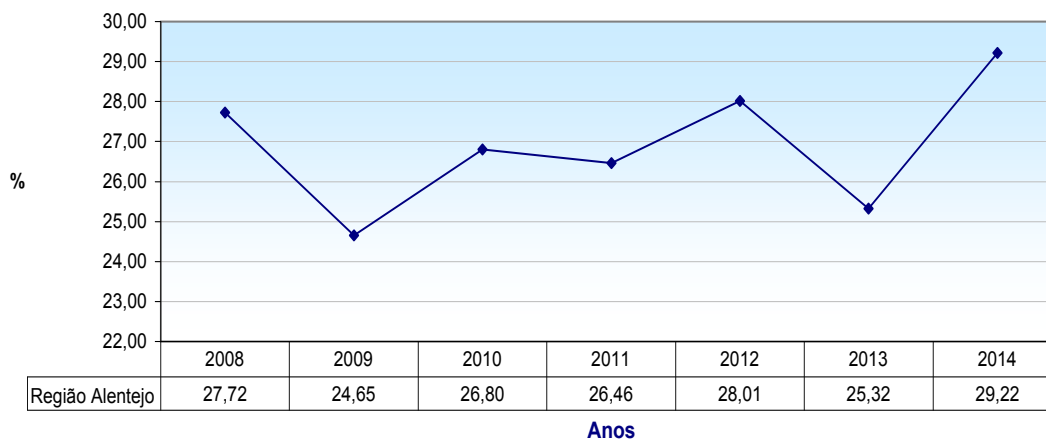


Gráfico nº 48 - Receita dos Fundos Municipais (OE) (corrente) / (Despesa com Pessoal + Aquisição de Bens e Serviços + Juros + Transferências Correntes + Subsídios)

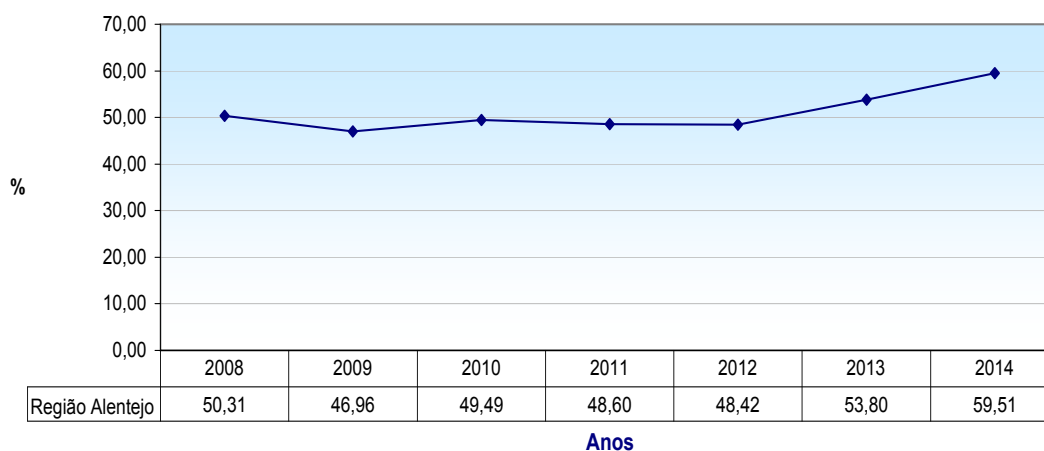


Gráfico nº 49 - (Passivo / Ativo Líquido)

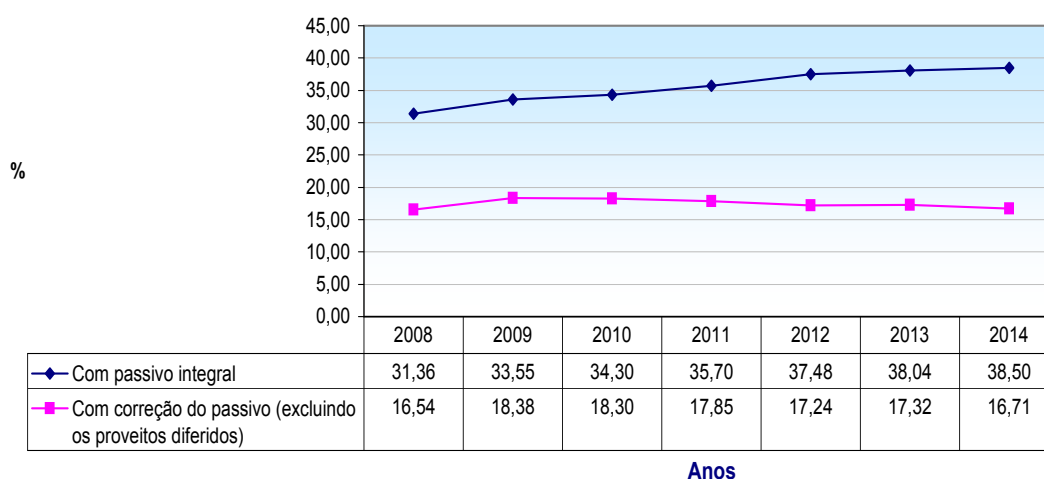


Gráfico nº 50 - (Dividas de Terceiros de Curto, Médio e Longo Prazos + Caixa e Bancos + Títulos Negociáveis) / (Dividas a Terceiros de Curto, Médio e Longo Prazos)

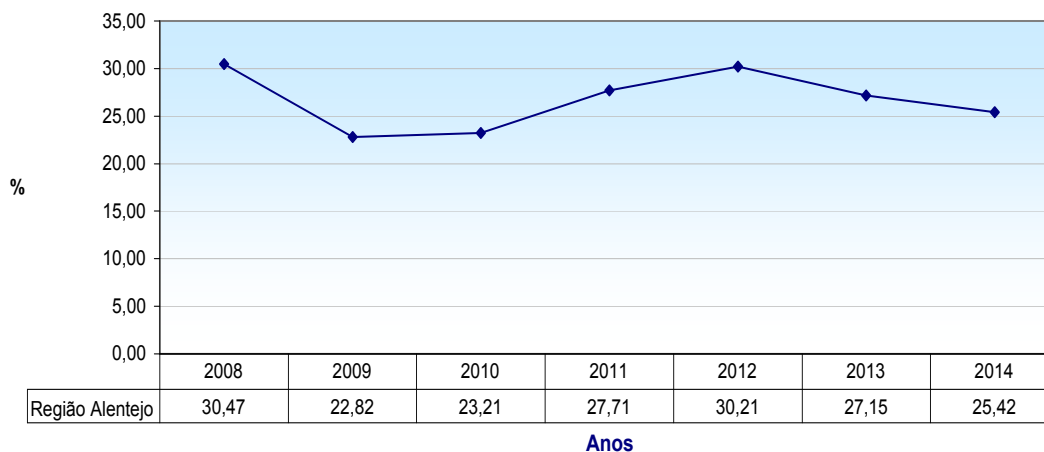


Gráfico nº 54 - Autonomia Financeira = (Fundos Próprios / Ativo Líquido Total)



- Uma subida na participação dos impostos diretos e indiretos, no total da receita, passando de 14,11 % para 15,98 %;
- Uma subida significativa na participação da venda de bens e serviços na receita global, passando de 8,64 % para 10,05 %;
- Uma inversão de tendência na evolução da participação global dos fundos municipais (OE) na receita total, após os decréscimos consecutivos de 2010 até 2013, registando em 2014 um acréscimo até os 50,21 % de participação;
- A continuação do sentido de quebra acentuada das transferências de fundos comunitários (corrente e capital), passando de 9,50 % em 2013 para 7,28 % em 2014 da sua participação no total da receita;
- Novamente uma descida da receita proveniente de empréstimos no total das receitas, passando dos 9,03 % em 2013 para os 2,46 % em 2014;
- Uma subida em 2014 na participação da receita própria no global da receita, numa série temporal que evidencia uma total instabilidade, apresentando subidas e descidas anuais consecutivas;
- Um crescimento, entre 2013/2014, do peso da despesa com pessoal no total da despesa, passado para 37,16 % de participação, atingindo neste ano o montante mais expressivo do período de 2008/2014;
- A continuação do crescimento firme, mas sem sobressaltos, da aquisição de bens e serviços na despesa total, crescimento este desde 2010, atingindo em 2014 o valor de 27,14 %;
- Um acréscimo do peso do serviço da dívida na despesa total, em 2014, passando de 7,62 % para 8,14 %;
- Um decréscimo da participação da aquisição de bens de capital na despesa total, passando de 22,49 % para 15,35 %, atingindo o ponto mais baixo de todo o período (2008 a 2014);
- Uma subida acentuada da relação entre a receita total (excluindo empréstimos) e a despesa total, passando de 89,00 % em 2013 para 96,21 % em 2014;
- Subida do grau de cobertura da despesa total, por parte das receitas próprias, registando a taxa de 25,32 % em 2013 e 29,22 % em 2014;
- Subida da cobertura dos principais itens da despesa por parte do fundo municipal (OE) (corrente) acentuada, de 53,80 % em 2013 para 59,51 % em 2014;

- No que toca ao indicador (passivo / ativo líquido), regista-se, em 2014, uma ligeiríssima subida com o montante do passivo integral e, pelo contrário, uma descida com o passivo expurgado dos proveitos diferidos. Refira-se, para 2014, o valor de 38,50 % no caso do passivo integral e o valor de 16,71 % contando com o passivo expurgado;
- Uma descida continuada para 2014, atingindo os 25,42 %, na cobertura das dívidas globais a terceiros, por parte das dívidas globais de terceiros mais caixa e bancos mais títulos negociáveis;
- Uma descida da taxa de cobertura das dívidas a terceiros de curto prazo, após subidas firmes de 2010 para 2013, passando de 76,26 % em 2013 para 68,35 % em 2014;
- No que se refere ao grau de liquidez geral, observa-se uma divergência entre o rácio factual e a referência, passando de 87,98 % em 2013 e 80,19 % em 2014 comparado com o referencial a atingir, 100,00 %;
- O rácio de solvabilidade (fundos próprios/passivo), com o montante de passivo integral, continuou-se a reduzir em 2014, atingindo-se, neste ano, os 159,75 %, valor aproximado do de referência (100 %). Contudo, com o montante do passivo expurgado, registou-se, pelo contrário, em 2014 uma subida, atingindo os 367,99 %;
- A autonomia financeira (fundos próprios/ativo líquido total) registou uma diminuta descida em 2014, atingindo os 61,50 %. Observe-se o facto deste indicador, para o período de 2008/2014 ter descido continuamente no escalão dos 60 %.

Parte II – ANÁLISE POR UNIDADES SUB-REGIONAIS

II . 1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES SUB-REGIONAIS

Quadro nº 23 - Identificação das Unidades Sub-Regionais

Unidades Sub-Regionais	
Alto Alentejo	Alter do Chão Arronches Avis Campo Maior Castelo de Vide Crato Elvas Fronteira Gavião Marvão Monforte Nisa Ponte de Sor Portalegre Sousel
Alentejo Litoral	Odemira Alcácer do Sal Grândola Santiago do Cacém Sines
Alentejo Central	Alandroal Arraiolos Borba Estremoz Évora Montemor o Novo Mora Mourão Portel Redondo Reguengos de Monsaraz Vendas Novas Viana do Alentejo Vila Viçosa
Baixo Alentejo	Aljustrel Almodôvar Alvito Barrancos Beja Castro Verde Cuba Ferreira do Alentejo Mértola Moura Ourique Serpa Vidigueira
Unidades Sub-Regionais (níveis de população)	
H + M < 5 000	Alvito Barrancos Cuba Mora Mourão Alter do Chão Arronches Avis Castelo de Vide Crato Fronteira Gavião Marvão Monforte
H + M 5 000 -15 000	Aljustrel Almodôvar Castro Verde Ferreira do Alentejo Mértola Ourique Vidigueira Alandroal Arraiolos Borba Estremoz Portel Redondo Reguengos de Monsaraz Vendas Novas Viana do Alentejo Vila Viçosa Campo Maior Nisa Sousel Alcácer do Sal Grândola Sines
H + M > 15 000	Beja Moura Odemira Serpa Évora Montemor o Novo Elvas Ponte de Sor Portalegre Santiago do Cacém

Nota: Para o critério população baseou-se nos Censos 2011

II. 2 - INDICADORES DE GESTÃO (A NÍVEL SUB-REGIONAL)

Gráfico nº 55 - (Impostos diretos + Indiretos) / Receita Total

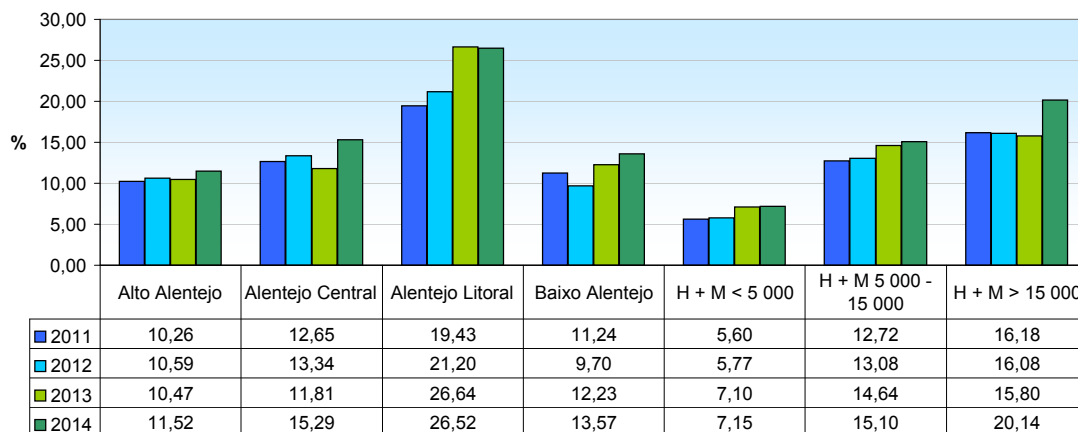


Gráfico nº 56 - Fundos Municipais (OE) (corrente e capital) / Receita Total

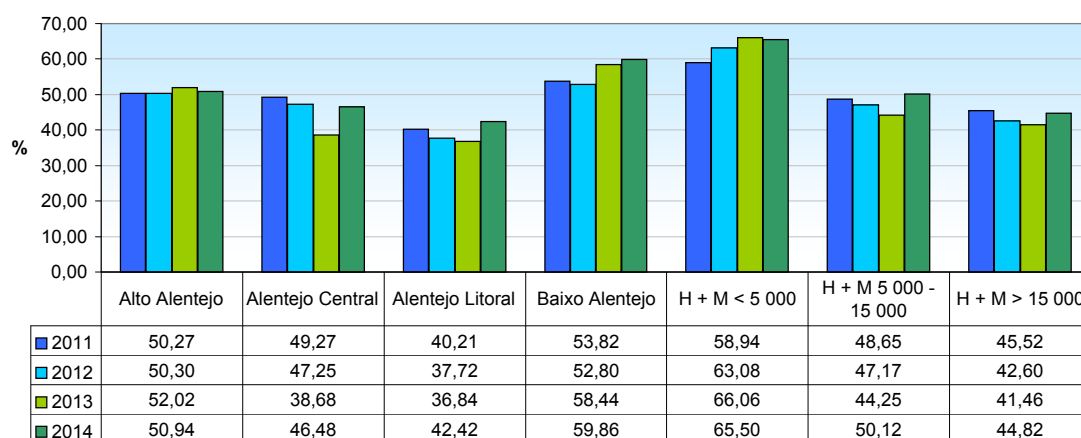


Gráfico nº 57 - Receita Própria (impostos diretos + indiretos + tmop + rend propried + venda bens serviços + outras receitas correntes e capital + venda bens investim + ativos financ) / Despesa Total

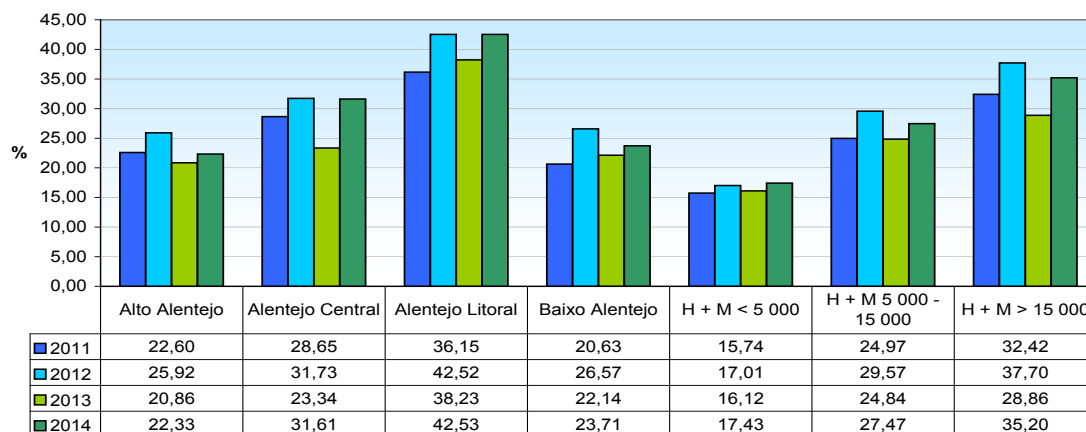


Gráfico nº 58 - Receita dos Fundos Municipais (OE) (corrente) / (Despesa com Pessoal + Aquisição Bens e Serviços + Juros + Transferências Correntes + Subsídios)

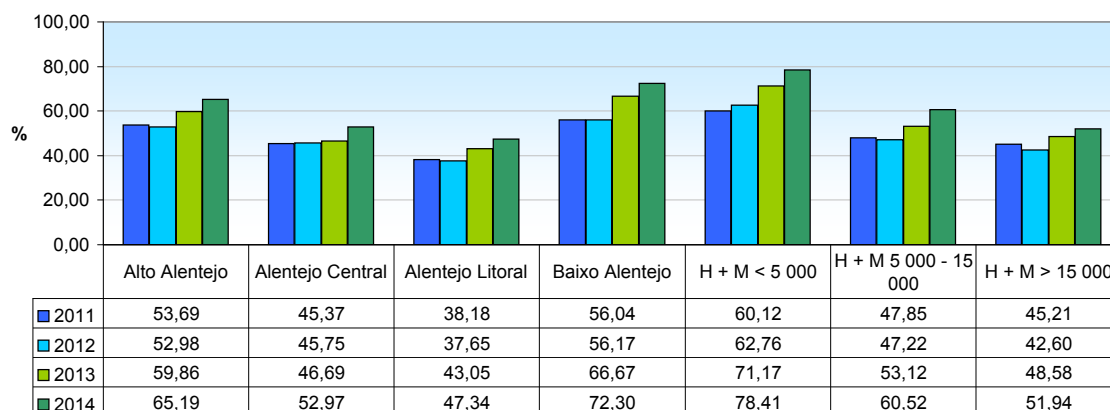


Gráfico nº 59 - (Dívidas de Terceiros de Curto, Médio e Longo Prazos + Caixa e Bancos + Títulos Negociáveis) / (Dívidas a Terceiros de Curto, Médio e Longo Prazos)

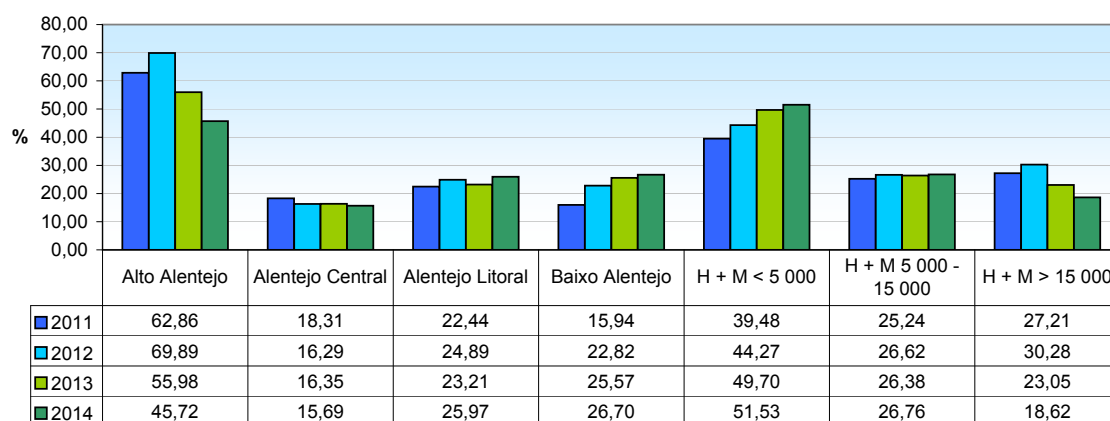


Gráfico nº 60 - (Dívidas de Terceiros Curto Prazo + Caixa e Bancos) / Dívidas a Terceiros Curto Prazo

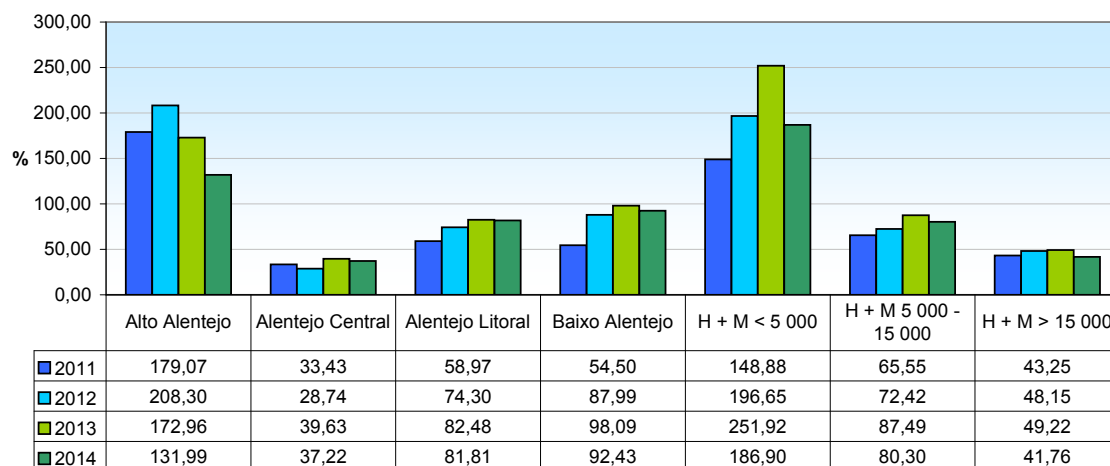


Gráfico nº 61 - Grau de Liquidez Geral (Existências+Dividas de Terceiros de Curto Prazo+Caixa e Bancos) / Passivo de Curto Prazo

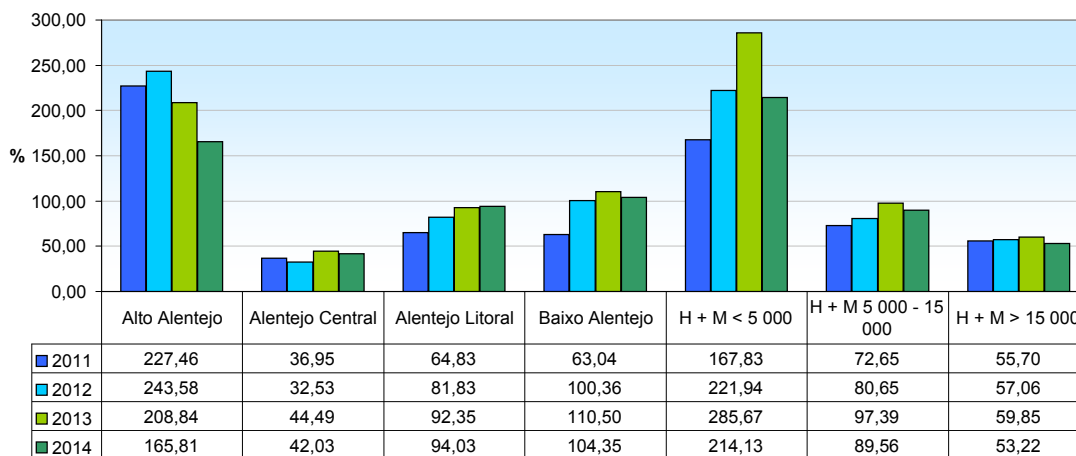


Gráfico nº 62 - Rácio de Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)

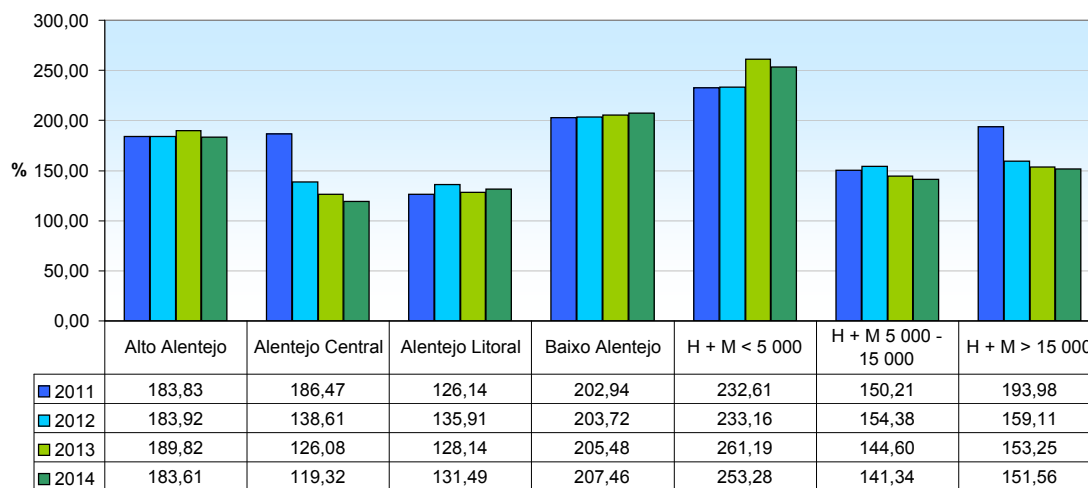
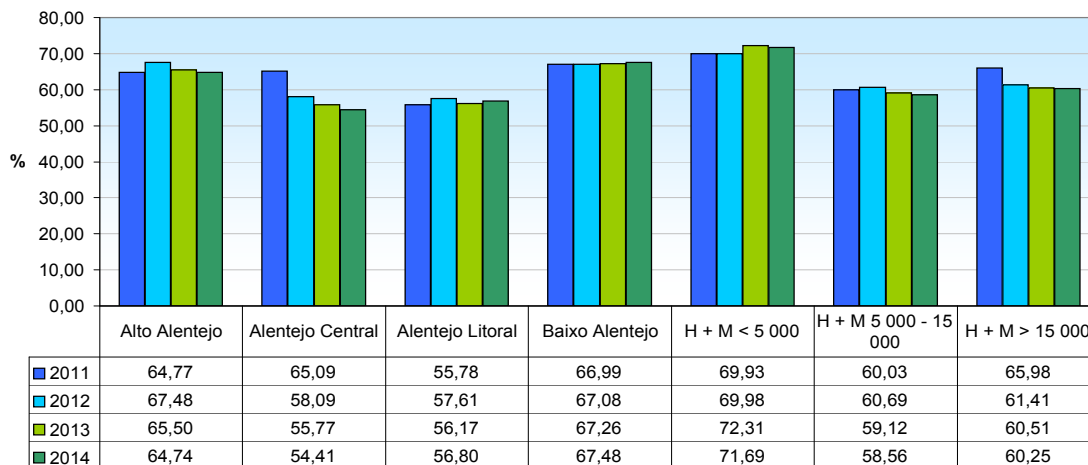


Gráfico nº 63 - Autonomia Financeira (Fundos Próprios / Ativo Líquido Total)



II. 3 - INDICADORES DE GESTÃO (MUNICÍPIOS CAPITAIS DE DISTRITO)

No âmbito dos indicadores de gestão, pretende-se dar a conhecer a posição dos municípios capitais de distrito alentejanos com as restantes capitais de distrito de Portugal Continental. Assim, tendo como base as prestações de contas para os exercícios de 2011 a 2014 destes municípios, construíram-se, na sua forma gráfica, alguns indicadores de gestão, que se apresentam em seguida. Refira-se que, foram codificados os respetivos municípios, sendo as capitais de distrito alentejanas referenciadas como Ale 1, 2 e 3.

Gráfico nº 64 - (Dívidas a Receber Curto e Médio e Longos Prazos + Disponibilidades + Titulos Negociáveis) / Dívidas a Pagar de Curto, Médio e Longos Prazos) a) b)

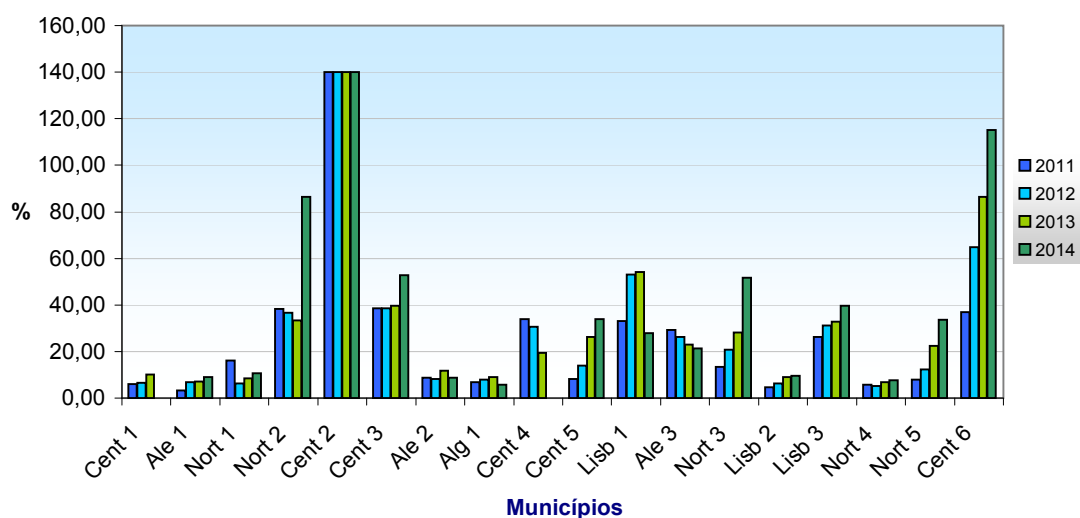
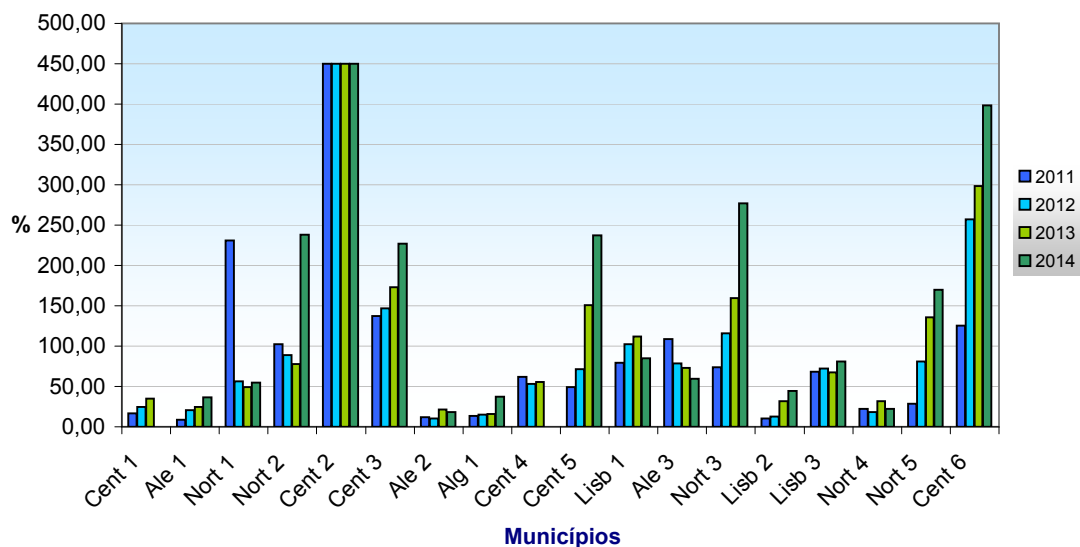


Gráfico nº 65 - (Dívidas a Receber Curto Prazo + Disponibilidades) / Dívidas a Pagar de Curto Prazo) a) b)



**Gráfico nº 66 - Grau de Liquidez Geral = Activo Circulante
(Existências+Dividas de Terceiros Curto Prazo+Disponibilidades)/Passivos
Curto Prazo a) b)**

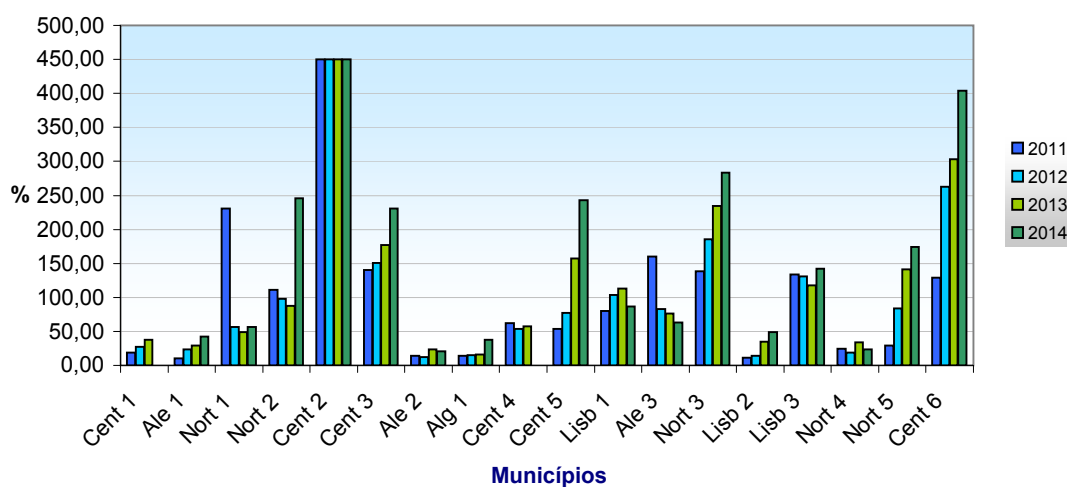


Gráfico nº 67 - Rácio de Solvabilidade (Fundos Próprios/Passivo Total) b)

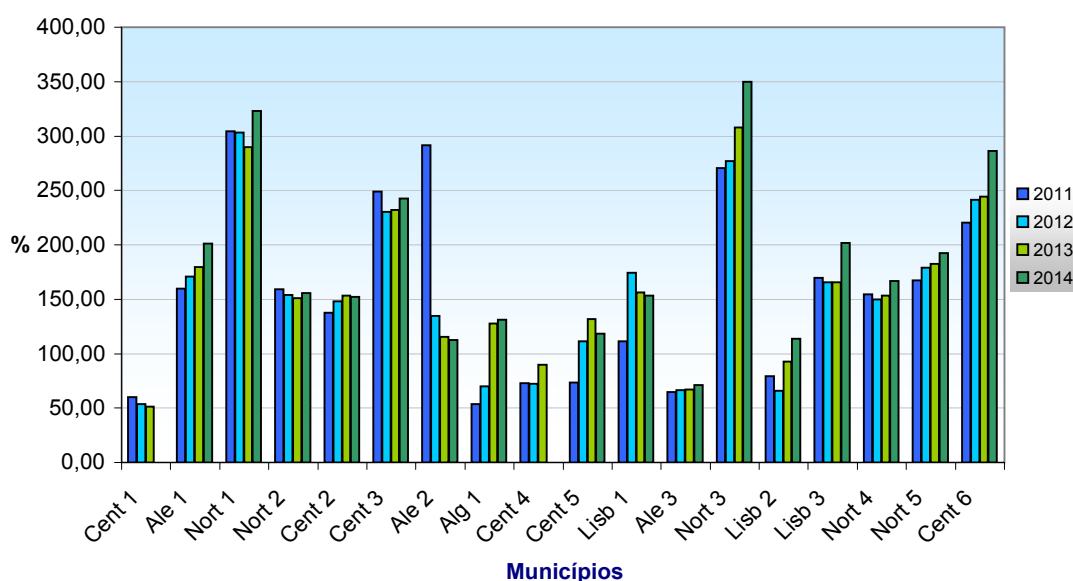
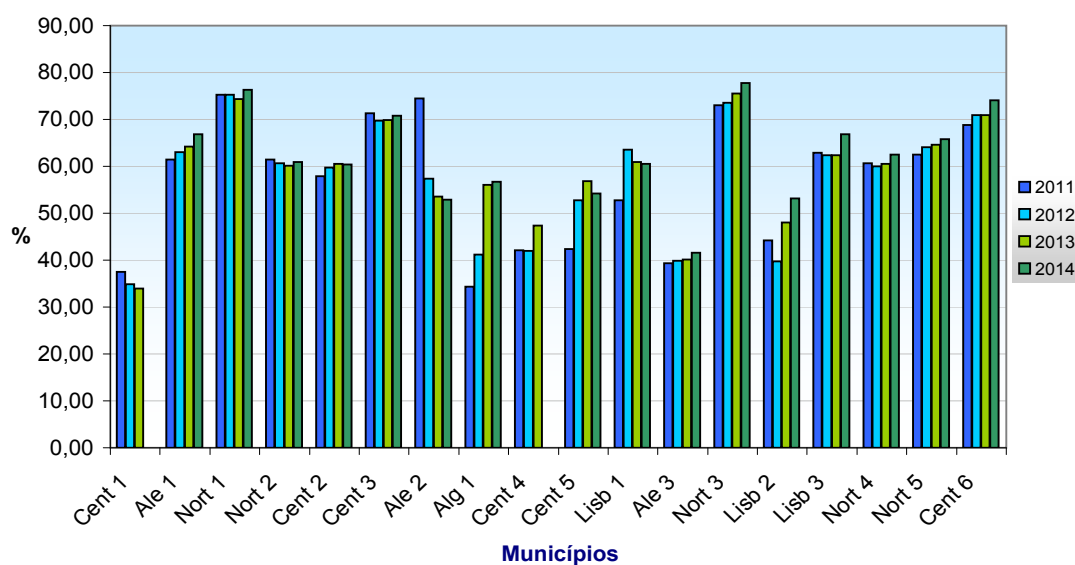


Gráfico nº 68 - Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Ativo Total) b)



Notas:

- a) O município codificado como Cent2 regista valores de indicador extremamente elevados. Para que não haja distorções na visualização do gráfico estabeleceram-se os valores de referência que constam dos respectivos gráficos.
- b) Até à presente data não se conseguiu obter a informação da prestação de contas de 2014 dos municípios codificados como Cent 1 e Cent

ANEXO I**Quadro nº 24 - Estrutura das Receitas Orçamentais**

Receitas Correntes	Receitas de Capital	Outras Receitas
01 - Impostos Diretos	09 - Venda de Bens de Investimento	15 - Reposições Não Abatidas nos Pagamentos
02 - Impostos Indiretos	10 - Transferências de Capital	
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	11 - Ativos Financeiros	
05 - Rendimentos da Propriedade	12 - Passivos Financeiros	
06 - Transferências Correntes	13 - Outras Receitas de Capital	
07 - Venda de Bens e Serviços		
08 - Outras Receitas Correntes		
Total da Receita Corrente	Total da Receita de Capital	Total Outras Receitas
Total das Receitas		

DL nº 26/2002 adaptado às autarquias locais

Quadro nº 25 - Estrutura das Despesas Orçamentais

Despesas Correntes	Receitas de Capital
01 - Despesa com o Pessoal	07 - Aquisição de Bens de Capital
02 - Aquisição de Bens e Serviços	08 - Transferências de Capital
03 - Juros e Outros Encargos	09 - Ativos Financeiros
04 - Transferências Correntes	10 - Passivos Financeiros
05 - Subsídios	11 - Outras Despesas de Capital
06 - Outras despesas Correntes	
Total da Despesa Corrente	Total da Receita de Capital
Total das Despesas	

DL nº 26/2002 adaptado às autarquias locais



